



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Agro-Bioenergia
Período de Análise: outubro de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Site eletrônico do MDS
Site eletrônico do MDA
Site Eletrônico do MMA
Site eletrônico do INCRA
Site eletrônico da CONAB
Site eletrônico do MAPA
Site eletrônico da Agência Carta Maior
Site Eletrônico da Fetraf
Site Eletrônico da MST
Site Eletrônico da Contag
Site Eletrônico Biodiesel Br
Site Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da CPT
Revista Isto é Dinheiro Rural
Revista Globo Rural
Agroanalysis
Carta Capital

Índice

| | |
|---|-----------|
| AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL | 4 |
| Biodiesel | 4 |
| Agronegócio domina insumo para o biodiesel – Biodiesel Br – 11/10/2010 | 4 |
| Etanol | 6 |
| Preço do etanol dispara nas usinas – Marcia de Chiara e Flávio Leonel – Estado de São Paulo – Economia – 05/010/2010 | 6 |
| Desmatamento na Amazônia cai 47% - Catarina Alencastro – O Globo – O País - 09/10/2010 | 7 |
| Consolidação na cana passa por sinergia – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Mercado – 12/10/2010 | 8 |
| Adicional de etanol na gasolina dos EUA gera dúvidas – Gabriel Baldocchi – Folha de São Paulo – Mercado – 14/10/2010 | 9 |
| País tem vasto plano de metas com promessas ambientais – Folha de São Paulo – Ciência – 18/10/2010 | 10 |
| Apesar do vento, só 1% da energia brasileira é eólica – Folha de São Paulo – Ciência – 18/10/2010 | 10 |
| Cai alavancagem das usinas, diz estudo – Sítio Eletrônico da CNA – 19/10/2010 | 11 |
| Google entra em projeto bilionário de energia – Estado de São Paulo – economia e Negócios- 13/10/2010 | 12 |
| ‘Pode ser político, mas não é eleitoral’- Irany Terez, Nicola Pamplona e Kelly Lima – O Estado de São Paulo – Nacional – 22/10/2010 | 13 |
| Cadê o etanol? – Celso Ming – O Estado de São Paulo – Economia – 24/10/2010 | 15 |
| Força dos ventos gera energia e negócios no País - Naiana Oscar e Renée Pereira– O Estado de São Paulo – Caderno de Negócios – 25/10/2010 | 16 |
| Brasil Ecodiesel negocia fusão com a Maeda, de Enrique Bañuelos - Eduardo Magossi – O Estado de São Paulo – Negócios – 26/10/2010 | 18 |
| Petrobrás fecha acordo de R\$ 2 bi com Guarani - Eduardo Magossi – O Estado de São Paulo – Negócios – 26/10/2010 | 20 |
| Petrolíferas avançam no setor de álcool - GRAZIELLE SCHNEIDER –Folha de São Paulo – Mercado – 27/10/2010 | 21 |
| Uso da terra pode barrar produção - TATIANA FREITAS – Folha de São Paulo – Mercado – 27/10/2010 | 22 |
| AGROPAUTA - Setor discute uso de milho para produção de etanol – Sítio Eletrônico do MAPA – 27/10/2010 | 22 |
| POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS..... | 24 |
| Biodiesel | 24 |
| Ministério da agricultura autoriza novo uso para a glicerina – Sítio eletrônico da Biodiesel Br – 05/10/2010 | 24 |
| Governo divulga balanço do Programa Nacional de Palma – Biodiesel BR – 14/10/2010 | 26 |
| Embrapa lança cultivar de dendê BRS Manicoré – Biodiesel BR – 14/10/2010..... | 27 |
| Estudo analisa produção de biodiesel e dendê na Amazônia - Biodiesel Br – 18/10/2010 | 28 |
| Estudo aponta caminhos para o futuro do biodiesel – Biodiesel Br – 27/10/2010 | 31 |

| | |
|--|-----------|
| Biodiesel quer novo marco para garantir expansão – Biodiesel Br – 26/10/2010 | 32 |
| “Onde se produz, se consome”, defende chefe da Embrapa [Frederico Durães] – Biodiesel Br – 27/10/2010 | 33 |
| Biodiesel utiliza 66% mais óleo de soja no ano – Biodiesel Br – 29/10/2010 | 34 |
| Regras do selo social precisam passar por mudanças [Arnoldo Campos] – Biodiesel Br – 29/10/2010 | 35 |
| Petrobras Biocombustíveis: a mamona é viável sim – Biodiesel Br – 29/10/2010 | 36 |
| AEA defende cautela para implantação do B10 – Biodiesel Br – 29/20/2010 | 37 |
| Anfavea: B7 causará aumento no custo operacional de frotas- Biodiesel Br – 29/10/2010 | 37 |
| O sucesso do biodiesel – Luis Nassif - Biodiesel Br – 30/10/2010 | 38 |
| Produção brasileira de biodiesel deve crescer 50% em 2010 – Sítio Eletrônico do MAPA – 30/09/2010 | 40 |
| Etanol | 42 |
| Cana deverá manter vantagem estratégica no mercado de biocombustíveis [Gazzoni] - Biodiesel Br – 29/10/2010 | 42 |
| Diesel de cana emite menos partículas [Adilson Liebsch] – Biodiesel Br – 29/10/2010 | 42 |
| A agroenergia serve à vida ou ao capital? – Sítio Eletrônico do MST – 05/10/2010 | 43 |
| Energias renováveis - ADRIANO PIRES E ABEL HOLTZ – Estado de São Paulo – Economia - Opinião – 13/10/2010 | 45 |
| Etanol deve ficar cada vez mais caro – Renée Pereira – Estado de São Paulo – Economia – 19/10/2010 | 46 |
| Cana foi destaque em área plantada em 2009 – Sítio Eletrônico da CNA – 21/10/2010 | 47 |
| Petrobras no palanque – Adriano Pires – Folha de São Paulo – Mercado – 22/10/2010 | 47 |
| RELAÇÕES INTERNACIONAIS | 49 |
| Etanol | 49 |
| Austrália impõe tarifa antidumping de biocombustíveis de 40% contra os EUA – Biodiesel Br – 19/10/2010 | 49 |
| Brasil busca apoio político financiando etanol na África – Claudia Antunes – Folha de São Paulo – Mundo – 07/10/2010 | 49 |
| Governo indiano estuda iniciar processo para desregulamentar mercado de açúcar – Plínio Nastari – Folha de São Paulo – Mercado – 08/10/2010 | 51 |
| Consolidado no país, etanol brasileiro avança rumo à internacionalização - JOSÉ CARLOS GRUBISICH – Folha de São Paulo – Ciência – 13/10/2010 | 52 |

Biodiesel

Agronegócio domina insumo para o biodiesel – Biodiesel Br – 11/10/2010

Anunciado como a redenção para a agricultura familiar, o biodiesel produzido hoje no Brasil é 95,6% oriundo da soja e da gordura bovina, o que favorece apenas os grandes produtores. A mamona e o pinhão manso, apontados como matérias-primas de alta competitividade e cultivados por pequenos produtores, ainda têm participação irrisória e sequer figuram nas estatísticas. O alto custo de produção e as pragas pouco conhecidas, enterraram a possibilidade de produzir biodiesel em larga escala com mamona ou pinhão. A nova aposta é o óleo de palma, também conhecido como dendê.

De acordo com o especialista em biodiesel da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Donato Arruda, o dendê já era produzido no Pará antes mesmo do advento do biodiesel. Hoje, são cerca de 50 mil hectares já plantados. A produção do combustível por meio do dendê favorece a agricultura familiar, uma vez que a colheita não pode ser feita de forma mecanizada. No entanto, isso não inviabiliza o negócio, já que a produtividade é elevada em comparação às outras culturas utilizadas.

Custo do dendê é inferior ao da soja

Em relação à soja, o óleo de palma tem uma capacidade de produção de biodiesel dez vezes superior. Os custos chegam a US\$ 44 o barril, enquanto os da soja superam US\$ 70 e, da mamona, se aproximam de US\$ 100.

A Petrobras e outras companhias nacionais e estrangeiras possuem planos de iniciar a produção do combustível a partir do dendê no Pará, Rondônia, Roraima e Amazonas. A preferência é por estados do Norte do país, onde as chuvas favorecem a cultura da palma.

A Vale irá produzir óleo de palma a partir de 2014, na região do Vale do Acará e Baixo Tocantins, abrangendo sete municípios do Pará. O consórcio BioVale investirá cerca de US\$ 500 milhões no projeto, em parceria com a BioPalma.

Produção será usada em locomotivas

Com essa parceria, a mineradora vai utilizar uma parcela da produção de biodiesel para alimentar toda a frota de locomotivas do Sistema Norte, além de máquinas e equipamentos de grande porte que operam nas minas do complexo Carajás. Estima-se que a produção anual de óleo atingirá 500 mil toneladas quando a lavoura estiver na maturidade de produção.

O consórcio criou o Pequeno Produtor, um programa de agricultura família que engloba 2 mil famílias do Pará, e tem como objetivo produzir palma para obtenção do óleo. As famílias serão responsáveis pelo plantio de 3,2 milhões de

mudas de palma, em uma área total de 20 mil hectares. O projeto oferece aos participantes garantia de compra da produção.

O consórcio calculou, através de um levantamento com cada uma das 2 mil famílias, que o desenvolvimento do programa de agricultura familiar na região fará a renda aumentar dos atuais R\$ 250 para R\$ 2.500 por mês. Este valor foi estimado com base no preço da tonelada do óleo de palma no mercado internacional de commodities, e considera que cada família produzirá, em média, 250 toneladas de frutos de palma.

A partir de 2014, a Vale utilizará a mistura B20 (20% de biodiesel e 80% de diesel comum) na Estrada de Ferro Carajás e em algumas operações de mineração do Sistema Norte. A parceria com a Biopalma vai permitir que a Vale se torne autossuficiente na produção do B20.

Ao mesmo tempo, a empresa irá conseguir se antecipar à regulamentação do Governo federal, que prevê uma mistura de 20% de biodiesel no diesel comum para 2020. Até o ano passado, o percentual era de 4%, passando para 5% em janeiro deste ano.

Etanol

Preço do etanol dispara nas usinas – Marcia de Chiara e Flávio Leonel – Estado de São Paulo – Economia – 05/010/2010

Desde ontem o consumidor está pagando mais pelo etanol hidratado e pela gasolina, que leva uma dose de álcool anidro. No sábado, os postos de São Paulo receberam o litro de álcool das distribuidoras com acréscimo de R\$0,10 a R\$0,12. No Rio, o aumento foi de R\$ 0,20. Na gasolina, o adicional foi de R\$ 0,03, informa o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo, José Alberto Gouveia. “Não há como segurar esse aumento de preço do etanol que não tem explicação, pois estamos em plena safra de cana-de-açúcar”, diz Gouveia.

Na semana encerrada na última sexta-feira, o preço do etanol hidratado nas usinas, descontados os impostos, subiu 6,72%, segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). Foi a quinta semana de alta consecutiva. Desde fins de agosto, o preço do etanol hidratado nas usinas aumentou 17%. A cotação do álcool anidro, que é misturado à gasolina, teve movimento semelhante: teve reajuste de 5,86% na última semana e acumula um aumento de 21,21% desde o fim de julho, ano na alta consecutiva.

Mirian Bacchi, pesquisadora da área sucroalcooleira do Cepea, atribui a elevação dos preços a três fatores. O primeiro é o fim da safra de cana, que termina em outubro. O segundo fator é o clima. As chuvas das últimas semanas atrasaram a colheita e a moagem da cana. Por fim, o grande crescimento nas vendas de veículos bicompostíveis ampliou a demanda por álcool. As distribuidoras de combustíveis culpam as usinas pelos reajustes de preços. “Os aumentos ao consumidor refletem, provavelmente, a elevação contínua de preços do etanol nas usinas”, afirma em comunicado Alísio Vaz, vice-presidente executivo do Sindicom, que representa as distribuidoras. Procurada pelo Estado, a União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica) informa que o volume de cana processada nas usinas do Centro-Sul do País diminuiu 11,93% entre a segunda quinzena de setembro e os primeiros 15 dias deste mês. Segundo a entidade, a retração na moagem da cana se deve principalmente às chuvas que, ainda que de maneira tímida e heterogênea, retornaram ao Centro-Sul. Gasolina.

Levantamento feito pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) mostra que a relação entre o preço médio do etanol e o valor médio da gasolina atingiu o nível de 58,30% em setembro. O número apurado no mês passado superou levemente os 57,8% de agosto. Também foi bem maior que o de setembro de 2009, de 54,85%. De acordo com especialistas, o uso do álcool deixa de ser vantajoso em relação à gasolina quando o preço do derivado da cana-de-açúcar representa mais de 70% do valor da gasolina. A vantagem é calculada considerando que o poder calorífico do motor a álcool é de 70% do poder nos motores a gasolina. Com base no levantamento realizado para apurar o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de setembro, a Fipe detectou que o preço médio do etanol nos postos de São Paulo subiu 0,66% em setembro, ante alta de 5,38% verificada em agosto. A gasolina, por sua vez, ficou praticamente estável, com uma variação positiva de 0,01% em setembro, ante alta de 0,34%, em agosto. No mesmo período de apuração, a inflação geral medida pelo IPC-Fipe subiu 0,53% em São Paulo. Em agosto, o IPC teve variação 0,17%

Desmatamento na Amazônia cai 47% - Catarina Alencastro – O Globo – O País - 09/10/2010

Governo atribui queda em relação a 2009 a sistema de combate a crimes ambientais

BRASÍLIA. O desmatamento da Amazônia caiu 47% em agosto deste ano com relação ao mesmo período do ano passado. Segundo dados do sistema de monitoramento por satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), foram desflorestados 265 quilômetros quadrados de vegetação nativa na região, contra 498 km² em agosto de 2009. Ao divulgar o resultado ontem, o Ministério do Meio Ambiente atribuiu a queda ao fato de o governo ter montado um sistema integrado de combate aos crimes ambientais, no qual o Ibama atua em parceria com a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

— Está se configurando um padrão de queda sustentável do desmatamento. É uma queda contínua. O resultado é muito positivo, mas ainda temos que trabalhar muito para reduzir mais ainda esse desmatamento ilegal. Nós não precisamos ter desmatamento na Amazônia.

Nós temos certeza disso, e nós temos que avançar com as práticas de sustentabilidade — disse a ministra Izabella Teixeira.

De janeiro a agosto, todos os estados da Amazônia legal, com a exceção do Amazonas, tiveram redução na destruição da floresta. Nesse período, o Amazonas desmatou 26% a mais do que o fez entre janeiro e agosto de 2009. Izabella disse que há uma preocupação do governo com relação a isso, e que uma equipe investiga, em campo, o que está acontecendo.

O desmatamento acumulado de agosto de 2009 a julho de 2010 será divulgado em novembro.

Deverá ser o grande trunfo que o presidente Lula levará a Cancún, para a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas.

No ano passado, o Brasil registrou o menor desmatamento da História: 7.464 km². Este ano, a expectativa do governo é que a taxa fique abaixo de 5.000 km².

Ontem, ao anunciar os dados de agosto, o governo informou que o Ibama começou a trabalhar com uma nova tecnologia de detecção do desmatamento: o radar japonês Alos, capaz de captar o que acontece através das nuvens, o que o sistema do Inpe não permite. Mas, ao mesmo tempo em que comemorava a redução do desmatamento, o governo admitiu que no controle das queimadas ainda há muito o que melhorar. O balanço do Ministério do Meio Ambiente é que houve 108 mil focos de incêndio este ano.

No cerrado, bioma mais atingido pelo fogo, foram registrados 57,7 mil focos de queimadas, número mais de 350% superior ao verificado no mesmo período de 2009, segundo a ONG WWF. Os parques concentraram grande parte do problema.

Só ontem, segundo o Inpe, foram detectados focos em 120 unidades de conservação.

— Nós precisamos melhorar a informação, a prevenção, a articulação. Tem um conjunto de coisas que precisam ser aperfeiçoadas. Nós vimos que parte bastante expressiva dos incêndios em unidades de conservação tem origem criminosa — disse Izabella.

Consolidação na cana passa por sinergia – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Mercado – 12/10/2010

O setor sucroenergético deverá passar por nova consolidação, mas em uma condição bem diferente da atual. Essa consolidação visará a busca de uma maior geração de valores entre as empresas e só ocorrerá em grupos que conseguirem sinergia. A avaliação é de Fábio Venturelli, presidente do grupo São Martinho, uma das principais empresas do país no setor. A crise de 2008 para 2009 permitiu às empresas que estão no setor e a novos investidores fazer aquisições de indústrias em dificuldades. Alguns desses negócios foram feitos a valores interessantes, mas na maioria dos casos foi apenas uma elevação do potencial de moagem, sem aumento de sinergia. "A febre do crescimento, a crise financeira de 2008 e a paulada nos preços do etanol no começo da safra passada foram quase uma tempestade perfeita", diz Venturelli. A conjugação desses fatores afetou preço de venda, custo da matéria-prima, competição e acesso a recursos. "Quem sobreviveu aprendeu uma lição que deve ser respeitada no desenho futuro desse setor: a busca de sinergia." Quando uma empresa quebra e outra a compra não é consolidação, diz ele. A consolidação ocorre quando o resultado operacional das duas empresas em uma só gestão traz mais do que se elas funcionassem separadamente. Isso pode ocorrer por proximidade dos ativos, de área produtiva ou verticalização. Ele cita alguns exemplos. Shell e Cosan têm um componente estratégico importante. Buscam a verticalização, que vai da cana ao veículo. "É uma fusão estratégica que gera valor porque tem hora que se faz dinheiro distribuindo [combustível] e tem hora que se faz produzindo." Petrobras e São Martinho também vão gerar sinergia. Uniu-se "a "expertise" da Petrobras com o produtor mais competitivo e de mais baixo custo", avalia Venturelli. A consolidação do setor, no entanto, não passa necessariamente por uma verticalização da cana ao tanque. A verticalização faz sentido em situações muito específicas, mas de forma alguma será a regra do setor, diz Venturelli. "Há espaço para qualquer tipo de atividade. Para chegar ao tanque, são apenas três empresas. Uma está tomada e outra bem encaminhada", diz ele. Venturelli prevê que o setor ainda pode demorar três safras para se recuperar da crise vivida recentemente. "Se tudo der muito certo, isso poderá ocorrer em 18 meses. O problema é que não se pode passar muito tempo apenas em consolidação. Deve haver também expansão."

LIÇÃO

Mas o setor aprendeu uma lição e se estrutura para manter uma agenda de investimentos e de crescimento. Os novos investimentos ocorrerão em bases mais sólidas.

Petroleiras e bancos aprenderam e criaram departamentos com analistas para agricultura e questões imobiliárias, o que dá mais sustentação aos investimentos.

APRENDIDA

Com o crédito fácil, alguns investimentos foram feitos em áreas onde a produtividade da cana é de 70 toneladas por hectare, abaixo das 120 de regiões mais produtivas. Como a base agrícola representa 80% dos custos, as empresas com produtividade de 70 toneladas não vão sobreviver, avalia Venturelli. Para ele, a partir de agora, quem quiser entrar nesse setor terá de fazê-lo com quem conhece, com uma agenda efetiva de resultados, com objetivos e validação técnica. O setor aprendeu que o avanço de fronteiras com a construção dos chamados "greenfield" -projetos começados do zero- não é tão fácil como se previa. A construção de uma usina é um processo longo. A usina São Martinho, o carro-chefe do grupo e a maior do mundo, tem 60 anos e ainda recebe adaptações conforme novas tecnologias chegam ao grupo, diz Venturelli. "O crescimento inteligente que virá vai misturar ativo novo com a adequação dos parados ou estressados. Esse processo não é super-rápido porque a gente conta a vida em safras e em ciclos. Em duas safras ainda haverá muito ajuste", conclui.

Adicional de etanol na gasolina dos EUA gera dúvidas – Gabriel Baldocchi – Folha de São Paulo – Mercado – 14/10/2010

A decisão da EPA (agência de proteção ambiental dos Estados Unidos) de permitir o aumento da mistura de 10% para 15% de etanol na gasolina do país deve demorar para ter consequências práticas. O órgão anunciou anteontem que os proprietários de veículos fabricados a partir de 2007 poderão abastecer -não será obrigatório- com gasolina com o adicional de etanol. A decisão foi tomada depois que testes comprovaram que a mistura não altera o funcionamento dos carros. Com a medida, esperava-se expandir em 50% a demanda de etanol nos EUA, mas há dúvidas sobre a possibilidade de chegar a esse número. A regulação do combustível muda de Estado para Estado e haveria necessidade de fazer esse ajuste. Como a nova mistura vale apenas para os carros produzidos a partir de 2007, os postos teriam de instalar uma bomba própria para o combustível com 15% de etanol. Ainda que os proprietários de postos tenham disposição de arcar com os custos, a alteração deve demorar.

PREÇOS

A adesão dos motoristas depende também da maior competitividade de preços nas bombas, que pode ser influenciada pelas oscilações na cotação de milho. Apesar das dúvidas em relação à medida, o setor ligado ao etanol de cana-de-açúcar comemorou a decisão. "Era uma coisa completamente esperada. A decisão está mais de um ano atrasada", declarou o representante-chefe da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) na América do Norte, Joel Velasco. A nova demanda pelo etanol reforça a pressão dos brasileiros e da indústria alimentícia americana em relação aos produtores de milho, hoje principais fornecedores do combustível nos EUA. Isso porque, com um acréscimo de cerca de 27 bilhões de litros por ano, a parcela da produção do milho do país destinado às bombas ultrapassaria os 40%. Esse nível impactaria a oferta do grão direcionada para ração de animais e aumentaria a conta de subsídios do governo para o etanol de milho -hoje, em cerca de US\$ 6

bilhões ao ano. Esses impactos negativos dariam força ao argumento do setor brasileiro contra a renovação de subsídios ao combustível americano, ainda neste ano. O etanol de milho conta com um incentivo de US\$ 0,45 por galão (R\$ 0,20 por litro) e o correspondente brasileiro enfrenta sobretaxa de US\$ 0,54 por galão (R\$ 0,25 por litro).

"É um primeiro passo no rumo certo", aponta Velasco.

País tem vasto plano de metas com promessas ambientais – Folha de São Paulo – Ciência – 18/10/2010

Nem sempre a Dinamarca foi verde. O país teve de encontrar formas alternativas de energia durante a crise do petróleo, na década de 1970. "Paramos de receber combustíveis fósseis e tivemos de buscar soluções", explica Olesen, do Consórcio Climático da Dinamarca. O foco recente do país, que hoje tem autonomia energética e várias metas ambientais, é a produção eólica. Hoje, a força do vento movimentava cerca de 20% do total energético do país- a maior participação desse tipo de energia no mundo. O país almeja que 50% da sua matriz energética seja eólica em 2050-ano em que pretende extinguir o consumo de combustíveis fósseis. Apesar de pouco ensolarado, o país também pretende aumentar a participação de energia solar, especialmente para aquecimento das casas. A Dinamarca, aliás, foi sede da COP-15 (Conferência das Nações Unidas para o Clima), no fim do ano passado. A reunião, no entanto, foi bastante criticada e terminou sem acordos e com o pedido de demissão da sua presidente, Connie Hedegaard. "Vieram três vezes mais pessoas do que o esperado, muita gente ficou de fora do evento e estava muito frio", analisa Olesen. "O fracasso não foi culpa da Dinamarca. Essas discussões são difíceis no começo, mas estou otimista para a COP-16 e 17 [no México e na África do Sul, respectivamente]", conclui.

Apesar do vento, só 1% da energia brasileira é eólica – Folha de São Paulo – Ciência – 18/10/2010

Enquanto o Brasil fala em explorar combustível fóssil do pré-sal, a Dinamarca está focada em energias renováveis. E apesar do país escandinavo não ser muito rico em vento, a energia eólica é um foco. "Há 400 anos já se usava turbinas- os famosos moinhos de vento- para se produzir energia", diz Hans Sorensen, especialista em energia eólica.

As turbinas, diz, tiveram um avanço significativo e hoje produzem menos ruído do que "o encontrado em um escritório". Além disso, hoje em dia é possível estudar as rotas de migrações de pássaros para evitar o impacto desses animais com as turbinas. "Há lugares com bons ventos, mas que não podem ter turbinas por causa das aves", diz Sorensen. O Brasil, do outro lado do oceano, tem o maior parque eólico da América Latina e aumentou em 15 vezes sua capacidade eólica nos últimos dez anos. Mas o vento representa hoje menos de 1% da energia produzida no país, apesar da ótima qualidade do vento brasileiro- principalmente no Nordeste. A energia eólica teve um impulso extra com o Proinfa (Programa de Incentivo a Fontes Alternativas), lançado em 2002. Cinco anos depois, o imposto para importação de aerogeradores, cuja alíquota que era 14%, foi zerada. A iniciativa gerou reação no setor industrial, que já tinha empresas nacionais trabalhando em energia eólica e se sentiu prejudicado. Desde então, a discussão sobre energia eólica brasileira ficou bastante estacionada.

Cai alavancagem das usinas, diz estudo – Sítio Eletrônico da CNA – 19/10/2010

Levantamento do banco Itaú BBA mostra que a recuperação dos preços de açúcar e álcool, aliado ao pé no freio colocado pelas usinas em novos investimentos, está fazendo com que o setor sucroalcooleiro reduza fortemente sua alavancagem.

"Essa renovação maior vem para recuperar os últimos três anos de baixo investimento", diz Ismael Perina, da Organização dos Plantadores de Cana do Centro-Sul

Levantamento do banco Itaú BBA mostra que a recuperação dos preços de açúcar e álcool, aliado ao pé no freio colocado pelas usinas em novos investimentos, está fazendo com que o setor sucroalcooleiro reduza fortemente sua alavancagem. O banco fez um estudo minucioso da situação financeira de 66 grupos de usinas, que somam 450 milhões de toneladas de capacidade de moagem, e constatou que a maior parte está em condição de retomar investimentos.

"Desse total, 31 grupos, equivalentes a 65% dessa carteira em volume de Cana, está em condição de voltar a investir", diz Alexandre Figliolino, diretor do Itaú BBA. Segundo ele, outros 16, com capacidade de processamento de 80 milhões de toneladas, estão ainda em fase de ajuste financeiro, ou seja, trabalhando para reduzir alavancagem, e os 19 restantes, com 78 milhões de toneladas, precisam fazer alguma operação estratégica para reduzir o endividamento.

Em 2008/09, o nível de endividamento médio das usinas no Centro-Sul estava em R\$ 86,80 por tonelada de Cana. Esse valor estava previsto para encerrar 2009/10 em R\$ 80 por tonelada, mas foi melhor do que se esperava, diz o diretor do Itaú BBA, e vai fechar em R\$ 75,21.

Ele acredita, portanto, que o movimento de consolidação vai continuar firme nos próximos anos e prevê, para até o fim do ano, o fechamento de duas ou três operações de fusões e aquisições relevantes. "A crise deixou marcas, mas os ativos estão com preços bons e a consolidação vai seguir adiante. A tendência é que os grupos consolidadores busquem ter mais de 30 milhões de toneladas de capacidade", disse Figliolino, durante a 10ª Conferência Anual da consultoria Datagro.

No evento, que segue até hoje, a Datagro revisou a moagem de Cana para o 2010/11 e anunciou a primeira previsão para a próxima temporada, a 2011/12 no Centro-Sul. Em vez das 578 milhões de toneladas previstas em setembro, a temporada atual deve ser 4 milhões de toneladas menor e fechar em 574,8 milhões de toneladas.

Para 2011, as previsões mais otimistas da Datagro chegam a uma variação positiva de, no máximo, 5%, o que significa 28 milhões de toneladas a mais de Cana. "Isso se o regime de chuvas for muito favorável, ou seja, regulares e bem distribuídas até abril", diz Plínio Nastari, presidente da Datagro. As estimativas mais pessimistas da Datagro, projetam queda de 5%, algo próximo de 546 milhões de toneladas.

Para o diretor-técnico da União da Indústria da Cana-de-açúcar (Única), Antonio de Pádua Rodrigues, não existe "hipótese alguma" de aumento na produção do ano que vem. Entre as razões apresentadas está a maior renovação do canavial, da ordem de 18%, segundo a Datagro, enquanto a ideal é de 16,5%, o que vai reduzir a área de corte para 2011. "Essa renovação maior vem para recuperar os últimos três anos de baixo investimento", diz Ismael Perina, presidente da Organização dos Plantadores de Cana do Centro-Sul.

Pádua também argumenta que pode ser que no próximo ciclo haja maior incidência da doença ferrugem alaranjada que, por conta do tempo seco desta temporada, não se alastrou, cenário que pode se inverter se chover mais em 2011. "Em torno de 10% dos canaviais do Centro-Sul são de variedades suscetíveis à ferrugem e outros 18% têm variedade intermediária. Essa condição pode impactar a safra do ano que vem", pondera Pádua.

A consultoria FGAgro, de Ribeirão Preto, também fechou ontem a sua primeira estimativa para a safra 2011/12 e está no grupo das previsões mais pessimistas. Devido a alguns fatores, entre eles a decisão de renovação de muitas áreas afetadas pela falta de manutenção nos anos anteriores e expansão do canavial, a estimativa é de moagem em 2011/12 entre 530 milhões e 560 milhões de toneladas, o que significa, no melhor dos cenários, uma produção menor do que a da temporada atual.

Por causa dos preços sustentados do açúcar, a tendência para a próxima temporada é de um mix mais açucareiro, segundo Nastari. "O mundo terá no ano que vem um superávit de apenas 2,8 milhões de toneladas, quando teria que ter entre 4 milhões e 5 milhões para começar a pressionar os preços para baixo", diz Nastari.

Fonte: Valor Economico.

Google entra em projeto bilionário de energia – Estado de São Paulo – economia e Negócios- 13/10/2010

O Google e uma empresa financeira de Nova York concordaram em fazer investimentos pesados num projeto de infra-estrutura de transmissão de energia nos Estados Unidos de custo estimado em US\$ 5 bilhões para a construção futura de "fazendas eólicas". Essas unidades serão instaladas ao longo da costa do Atlântico e podem transformar o mapa elétrico da região.

A espinha dorsal submarina de 560 quilômetros de comprimento, que pode remover alguns dos principais obstáculos para o desenvolvimento da energia eólica

(que usa o vento como combustível), animou os investidores, representantes do governo e ambientalistas que foram informados a seu respeito.

O Google e a Good Energies, firma de investimento especializada em energia renovável, concordaram cada qual em assumir 37,5% de participação no projeto. Isto deve atrair outros investidores, o que reduziria a fatia de cada empresa.

Caso a participação seja mantida, isto corresponderia a um investimento inicial de US\$ 200 milhões por parte de cada uma das duas empresas somente na primeira fase de construção, disse Robert L. Mitchell, diretor executivo da Trans-Elect, empresa de Maryland especializada no ramo das linhas de transmissão elétrica que propôs o empreendimento.

A Marubeni, em presa comerciante japonesa, assumiu uma participação de 10%. Vários funcionários e representantes do governo elogiaram a ideia por trás do projeto, chamando-a de genial, ao mesmo tempo alertando para possíveis pré julgamentos de suas especificações técnicas.

“Do ponto de vista conceitual, este me parece ser um dos projetos de transmissão mais interessantes que já vi serem propostos”, disse Jon Wellinhoff, presidente da Comissão Federal de Regulação Energética, que supervisiona a transmissão elétrica interestadual. “Ele proporciona um ponto de referência para a exploração do potencial energético do vento por meio de múltiplos projetos ao longo da costa.”

‘Pode ser político, mas não é eleitoral’- Irany Terez, Nicola Pamplona e Kelly Lima
– O Estado de São Paulo – Nacional – 22/10/2010

Após cumprir um período de silêncio de mais de 90 dias – imposição de órgãos fiscalizadores do mercado de capitais a executivos envolvidos em operações financeiras –, o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, entrou em fase loquaz. O encerramento da capitalização foi antecipado em quase mês e marcou também, em 1.º de outubro, o fim do “quiet period”.

Nas duas semanas seguintes, Gabrielli despontou como mais um personagem do segundo turno da campanha presidencial. Sentou na primeira fila em debate dos candidatos na TV e depois, de bate-pronto, fez críticas ao ex-diretor geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP) David Zylbersztajn, que havia rebatido declarações de Dilma Rousseff (PT). A candidata falara sobre uma suposta intenção tucana de privatizar a estatal. O executivo considera natural sua entrada no jogo, que classifica como “político, não eleitoral”.

Na quarta-feira, Gabrielli recebeu a equipe do **Estado** em seu gabinete, na sede da Petrobrás. No dia seguinte, receberia o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para mais uma cerimônia da estatal, no Rio Grande do Sul. Na semana que vem, Lula prestigia outra solenidade, desta vez na plataforma Cidade de Angra dos Reis, na Bacia de Santos, no início da produção piloto da área de Tupi.

Ainda não será a transformação da área em campo petrolífero, o que ocorrerá em dezembro. Ele desvincula de motivação eleitoral o fato de o acionamento da plataforma acontecer a dois ou três dias da votação presidencial. “Anunciamos um ano atrás, antes da eleição, que iniciariamos o piloto de Tupi entre outubro e novembro.”

- O sr. não acha que teria sido mais prudente marcar a inauguração do piloto de Tupi para depois da eleição?

O FPSO (*navio plataforma*) está na locação desde 22 de setembro. Ele nos custa US\$ 370 mil por dia. No momento em que começar a produzir, começa a se pagar. Quanto mais atrasar, mais custo nós temos. Estão sugerindo que eu altere o cronograma

por razões eleitorais? Está sugerindo uma decisão eleitoral? Nós anunciamos um ano atrás, antes da eleição, que iniciariamos o piloto de Tupi entre outubro e novembro.

Nos

cobram cumprimento de prazo, nos cobram produção. E agora, quando conseguimos cumprir prazo e vamos aumentar a produção, vocês nos cobram que isso é uma atitude eleitoreira?

- O sr. acha natural que a Petrobrás acabe sendo instrumento de campanha?

Para o País, para a discussão do futuro do País – e a eleição é uma discussão sobre o futuro do País – não há como não se posicionar sobre a Petrobrás e sobre petróleo. O Brasil tem o maior volume de petróleo descoberto nos últimos tempos e a maior perspectiva de acrescentar nova produção nos próximos anos. Tem um projeto de

lei em discussão no Congresso que envolve uma decisão do marco regulatório para fazer isso. Tem a possibilidade de capturar para o País, e não para as empresas, parte significativa da renda futura com o petróleo. Tem a possibilidade alocar isso para fazer mudanças estruturais a longo prazo. Como é que o processo eleitoral passa ao largo desta discussão? Não pode.

- Mas isso é papel dos candidatos e não da empresa. Como é que a empresa não vai se posicionar?

Ela tem que se posicionar. E não é eleitoral isso. Pode ser político, mas não é eleitoral. Como é que esta empresa, que vai ser operadora única do pré-sal, pode ser enfraquecida, pode ser esquarterada? Esta empresa tem que ser fortalecida, porque senão ela não cumpre a função que o Estado está delegando pra ela. Isso não é eleitoral. Quem chamou de eleitoreiro foram os editores de jornais. Não tenho culpa se eles pensam assim e acho legítimo que eles pensem assim. Ao contrário, ao invés de responder ao ex-presidente FHC, que disse que não sabia quem eu era, e não tem nem

que saber porque não acompanha o petróleo, ele disse depois que era uma discussão eleitoreira. Eu queria que ele discutisse o mérito das minhas afirmações. Queria saber se ele discorda ou se ele desmente o que eu disse. Não é só uma questão de acusar ou não acusar se é ou não eleitoreiro.

- Dependendo do resultado da eleição, o sistema de partilha de royalties pode ser abandonado?

Depende do Congresso. Não posso falar em nome do Congresso. Nosso plano estratégico é baseado no que nós temos no nosso portfólio. O que temos no portfólio são as áreas de concessão e a cessão onerosa. Estamos terminando a análise da cessão onerosa para incorporá-la ao nosso plano estratégico. A partilha, se sair, estaremos preparados para trabalhar.

- O sr. continua na Petrobrás em caso da vitória de Dilma?

Isso não depende de mim, depende do Conselho da Petrobrás. Se for convidado, ficarei. Não tem problema.

- É sua vontade? Eu sou demissível “ad nutum”.

Não sei o que o novo presidente, ou a nova presidente vai fazer... Queria lembrar que o **Estadão** foi o autor da ideia de que a Petrobrás entrou na campanha eleitoral.

- Na verdade, o autor foi o sr., quando divulgou nota comentando a polêmica em torno da privatização.

Eu comentei o David (*Zylbersztajn*), não as eleições... Não falei das eleições. Uma empresa que é hoje a âncora de uma cadeia que representa mais de 10% do PIB, uma empresa que representa mais de 7% das exportações brasileiras, que representa 12% da arrecadação federal, e mais de 20% da arrecadação de alguns Estados. Por que e como esta empresa estar fora deste processo eleitoral? E tem mais: ser atacada e não se defender?

Cassius Clay tinha uma técnica muito interessante. Ele era um lutador de boxe peso pesado, mas ele era levíssimo, saltitava no ringue. Ele apanhava muito na maior parte dos rounds, se defendia muito apanhando. Até que ele reagia, dava um ataque e derrubava o adversário.

A Petrobrás não pode ser tão forte assim, ela apanha, mas tem que reagir. Ela não tem a leveza de Cassius Clay, ela é mais Maguila que Cassius Clay.

Cadê o etanol? – Celso Ming – O Estado de São Paulo – Economia – 24/10/2010

A alta do etanol começa a atacar o bolso do consumidor brasileiro . De maio ate agora, o salto dos preços do produtor as distribuidoras foi de 36,8%. Pouco a pouco ,essa esticada vai chegando as bombas dos postos de combustível.

Somente nas ultimas quatro semanas, os preços médios do etanol hidratado subiram 6,2 % no País, apontam os levantamentos da Agencia Nacional do Petróleo (ANP).Desta vez, esse aumento não deve desaparecer em abril de 2011, quando recomeça a safra de cana. Deve persistir durante todo o ano.

O presidente da Datagro Consultoria, Plinio Nastari, adverte que, na media, os preços serão mais altos do que os praticados em 2008 e 2009, podendo atingir o nível de R\$ 1,80 por litro na entressafra.

A explicação para essa disparada esta na expectativa de oferta de cana em 2011. Apos quase uma década de expansão, o setor sucroalcooleiro enfrentara no ano que vem os efeitos da pisada nos freios acontecida ao longo de 2009 e 2010. A previsão e de que, na melhor das hipóteses , aproxima safra seja equivalente a deste ano.

Vários fatores explicam esse quadro de relativa estagnação.O principal deles e a

estiagem dos últimos cinco meses que maltratou as plantações. A crise financeira iniciada em 2008 tambem pegou os produtores de surpresa, reduzindo o credito e o apetite por investimentos. Em 2009, por exemplo, 19 usinas iniciaram a moagem de cana. Neste ano , serao apenas 10e, em 2011,no Maximo 5.

A boa noticia e que passada essa fase, as empresas voltaram a investir, principalmente na renovação dos canaviais, o que, paradoxalmente, também prejudicara a próxima safra. “A cana nova que será plantada a partir de agora só poderá ser colhida em 2012”, explica Nastari.

Outro ponto a ser levado em conta e o de que uma diminuição na quantidade de

matéria-prima tende a prejudicar mais a produção de etanol do que a de açúcar, cujas cotações estão batendo recordes nas bolsas internacionais.

A tudo isso junta-se o fato de que a demanda por álcool deve continuar forte, consequência direta do aumento da frota de veículos flex. Das 2,36 milhões unidades leves vendidas entre janeiro e setembro, 86,6% são flex.

O consumidor já aprendeu que o álcool é mais vantajoso quando seus preços não ultrapassarem 70% os da gasolina. Em setembro do ano passado, por exemplo, saía mais barato abastecer com etanol em 22 Estados. Em setembro deste ano, em apenas 11. Isso significa que a gasolina deve roubar, pelo menos temporariamente, uma boa fatia do mercado do etanol. As estatísticas da ANP mostram que as vendas de álcool hidratado caíram mais de 14% no primeiro semestre em comparação com as do mesmo período de 2009.

Diante do cenário de oferta ajusta dano próximo ano ate mesmo para suprir a demanda domestica, e provável que as exportações de etanol também diminuam. Nastariavisa que as remessas para o exterior só voltarão a crescer quando a produção de cana no Brasil se recuperar, o que esta previsto para ocorrer na safra 2012/2013 . Mas , para que isso aconteça, os produtores terão que se endividar menos, investir mais e cuidar melhor dos canaviais./ COLABOROUISADORA PERON

Força dos ventos gera energia e negócios no País - Naiana Oscar e Renée Pereira – O Estado de São Paulo – Caderno de Negócios – 25/10/2010

Era um amanhã deverão na praia de Taíba , a 55 quilômetros de Fortaleza (CE). Não é possível descrever com exatidão a paisagem naquele início dos anos 90, mas com certeza ventava. Vindo de Sorocaba, o engenheiro mecânico Pedro Vial atravessou as dunas de buggy, fincando hastes de metal na areia – dez ao todo. “De longe, parecia um campo de golfe”, lembra. Mas era a pedra fundamental da primeira usina comercial de energia eólica no País.

As hastes provisórias indicavam o lugar onde mais tarde seriam instalados dez cataventos mais altos que o Cristo Redentor, no Rio. Ali, de frente para o mar, eles teriam de gerar 5 megawatts (MW) por hora – o suficiente para abastecer 100 mil residências em um ano.

Vial conhecia pouco, ou quase nada, de usinas eólicas. Mas tinha acabado de ser apresentado a um empresário alemão, perito no assunto, que vislumbrou, antes de muitos, o potencial brasileiro.

Aloys Wobben, dono da Enercon, uma das maiores fabricantes de aerogeradores do mundo, incumbiu o engenheiro de Sorocaba de iniciar a operação no Brasil. “Quando comecei a oferecer nossos projetos para governos e concessionárias, parecia que eu estava recitando poesia, era coisa de desocupado”, lembra Vial.

A usina de Taíba entrou em operação em janeiro de 1999. Desde então , a multinacional alemã, aqui chamada Wobben Windpower, ergueu 16 usinas no Brasil.

Na porta da sala do engenheiro, uma mensagem impressa em papel sulfite dá noção do que foram esses últimos anos e do que vem pela frente: “Depois que o tigre é morto , todo mundo é caçador.”

Após uma década, explorando praticamente sozinha o mercado nacional, a empresa terá de disputar o tigre com os primeiros concorrentes. Eles estão chegando de todas as partes do mundo para explorar os ventos que sopram no País.

Alguns já fincaram suas bandeiras em território nacional e estão com a produção a plena carga, como a argentina Impsa e a americana GE. A francesa Alstom vai inaugurar sua unidade na Bahia em 2011.

A corrida para abocanhar uma fatia do mercado conta ainda com a espanhola Gamesa, a indiana Suzlon, a dinamarquesa Vestas e a alemã Siemens. Multinacionais coreanas e chinesas podem engrossar o time, ávido por novos projetos.

A efervescência no setor é recente. Tem pouco mais de um ano. Antes disso, o preço da energia eólica era inviável para a realidade brasileira.

Mas os ventos mudaram e os projetos deixaram de fazer parte da ideologia dos ambientalistas para virar alternativa de abastecimento energético do País.

Virada.

Com a crise internacional, o consumo de energia recuou no mundo todo e os projetos de novas usinas foram paralisados, deixando as fábricas de equipamentos com a capacidade ociosa elevada, principalmente nos Estados Unidos e na Europa.

Como o Brasil saiu rapidamente da crise e o consumo de energia passou a crescer 12% ao ano, os fabricantes globais se voltaram para o País.

O interesse cada vez maior das multinacionais pelo mercado brasileiro se refletiu diretamente nos preços da energia, que surpreenderam até os mais otimistas do setor no primeiro leilão de eólicas, em dezembro de 2009. Em média, os valores ficaram em R\$ 148 o megawatt/hora (MWh) – um ano antes, custavam mais de R\$ 200. Oito meses depois, o improvável ocorreu: o preço recuou para R\$ 130 – mais baixo que os das tradicionais pequenas centrais hidrelétricas e das usinas de biomassa.

Na prática, os leilões representam a construção de 161 unidades até 2013. Hoje, são 45. A capacidade instalada vai crescer até sete vezes no período, saindo dos atuais 700 MW para 5.250 MW – resultado de uma montanha de investimentos, da ordem de R\$ 18 bilhões, segundo o presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (AbeEólica), Ricardo Simões.

Perspectiva.

A formação desse plano de investimentos e a expectativa de leilões regulares de

energia eólica ajudaram a reforçar a aposta estrangeira no País. “O Brasil está se preparando para ter 20% de energia eólica até 2020”, diz Arthur Lavieri, que há dois meses assumiu o controle da Suzlon.

A multinacional anunciará até novembro o nome da cidade, no Ceará, que vai receber sua fábrica de aerogeradores. Será a única nova unidade do grupo até 2011. “Brasil, Índia e China são os três maiores mercados eleitos pela Suzlon”, diz.

Bem antes de se decidir pelo investimento, porém, a Suzlon já experimentava os retornos do mercado brasileiro: 47% da energia eólica do País são produzidos com equipamentos da companhia. No passado, as máquinas eram importadas. Agora, tudo será

feito com mão de obra nacional – a fábrica terá capacidade para produzir até 600 pás e 500 MW de turbinas por ano.

A Siemens, referência mundial na produção de turbinas para hidrelétricas, também corre para conquistar uma fatia do mercado. Para estreitar na produção de geradores eólicos no Brasil, a alemã planeja uma nova fábrica no Nordeste. A alternativa da gigante GE foi fazer um “puxadinho” na sua unidade em Campinas para atender os contratos firmados no primeiro leilão de energia eólica, no fim de 2009.

Na ocasião, foram contratados 300 aerogeradores, com capacidade em torno de 450 MW. No segundo leilão, ela conquistou outra leva de pedidos, que somam quase 500 MW. A demanda elevada já mudou os planos da empresa, que estuda quatro locais para instalar uma nova fábrica, inclusive no Nordeste. Esta também foi a região escolhida pela Impsa, que construiu uma unidade em Pernambuco, com capacidade para produzir 600 MW por ano em turbinas.

Investidores.

Todos esses fabricantes de equipamentos firmaram pré-contratos com os investidores que participaram dos leilões e que vão construir as usinas. Uma das empresas que mais fecharam negócios nos últimos dois leilões é a brasileira Renova. Com dez anos de mercado, ela fatura hoje R\$ 37 milhões. Até 2013, esse valor vai quase multiplicar por dez com os novos contratos.

A espanhola Iberdrola também teve forte participação nas disputas e já encomendou equipamentos da fabricante Gamesa, que tem planos de abrir fábrica na Bahia.

Para a pioneira Wobben, tantos concorrentes devem representar um recuo na participação no mercado, de 50% para 35%. Mas Pedro Vial parece tão hipnotizado com as perspectivas do setor que tem deixado a preocupação com os novos competidores em segundo plano.

A multinacional fabrica em média 20 aerogeradores por mês. São peças gigantes: só as pás pesam 6,5 toneladas cada uma e, os geradores, outras 61 toneladas. Até 2009, 80% das máquinas eram vendidas para o exterior. Aos poucos, as usinas brasileiras têm ganhado mais espaço no portfólio da empresa. Em 2010, as exportações já caíram para 60%. No ano que vem, não devem passar de 15%.

Perto da Wobben, em Sorocaba, está instalada outra gigante do setor, a Tecsis, segunda maior fabricante de pás do mundo. A empresa fundada por engenheiros do Centro de Tecnologia Aeroespacial de São José dos Campos tem dez unidades de produção.

Em 15 anos de existência, todas as 30 mil pás produzidas foram exportadas. Não havia nenhuma pá da Tecsis girando em usinas brasileiras até o início deste mês, quando os equipamentos foram inaugurados num parque eólico da Impsa. “Já tive a oportunidade de ver nossas pás em operação no Japão, nos EUA, na Europa, e era uma frustração não vender para o Brasil”, diz o presidente da Tecsis Bento Koike. “Nossos clientes não olhavam para esse mercado, porque não interessava.”

Agora, a situação mudou. Cerca de 85% dos projetos contratados nos dois leilões terão pás da Tecsis. Para atender à demanda brasileira, a empresa vai montar uma fábrica no complexo industrial de Suape, em Pernambuco.

Brasil Ecodiesel negocia fusão com a Maeda, de Enrique Bañuelos - Eduardo Magossi – O Estado de São Paulo – Negócios – 26/10/2010

A Brasil Ecodiesel informou, ontem, que está em negociação com a Maeda Agroindustrial para formar uma única empresa. “O objetivo seria criar uma empresa vertical que seja consolidadora no setor de agribusiness”, afirma o CEO da

Veremonte do Brasil, Marcelo Paracchini, fundo do grupo do megainvestidor espanhol Enrique Bañuelos.

A Veremonte administra recursos de mais de R\$ 1 bilhão no Brasil e possui cerca de 90% do capital da Maeda Agroindustrial. Os outros 10% estão nas mãos da família Maeda.

O executivo conta que a negociação entra agora no estágio de due diligence (análise de dados) e que um resultado oficial da fusão deve ser anunciado em cerca de 30 dias. Na due diligence, a Maeda será auditada pela Ernest & Young e a Brasil Ecodiesel, pela KPMG.

Paracchini disse que a expectativa é de que a Brasil Ecodiesel incorpore a Maeda Agroindustrial. “A Brasil Ecodiesel deverá pagar pela Maeda através de uma emissão de ações”, disse.

Nesse processo, os acionistas da Brasil Ecodiesel deverão ficar com 67% da nova empresa e os acionistas da Maeda com 33%. Caso seja esta a forma da incorporação, a Brasil Ecodiesel deterá 100% da Maeda Agroindustrial.

Segundo o executivo, recursos internacionais poderão ser internalizados na Brasil Ecodiesel via participação da Veremonte na Maeda. “Temos um grande apetite por novos negócios no Brasil”, disse o executivo.

Sinergia.

Segundo Paracchini, a união das duas empresas trará grande sinergia entre elas por que a Brasil Ecodiesel é produtora de biodiesel e precisa de óleo vegetal. E a Maeda possui mais de 100 mil hectares plantados principalmente com soja e algodão, duas matérias-primas utilizadas para a produção de biodiesel. “Como acordo, a Brasil Ecodiesel não irá precisar mais de ir buscar soja ou algodão no mercado spot (à vista) e enfrentar flutuação de preços. Ela terá dentro de casa a própria origem das matérias-primas”, disse.

O executivo afirma também que, como negócio, a Brasil Ecodiesel não precisará mais ser refém dos leilões da Petrobrás. “A Brasil Ecodiesel deixa de ser mono produtora para ser multiprodutora. Se os preços do biodiesel não estiverem adequados, ela poderá vender a soja em grão, o farelo ou o óleo de soja”, afirma Paracchini.

Em maio, a Veremonte adquiriu a Maeda Agroindustrial por meio da Arion Capital. “A Arion criou um fundo para que a Veremonte investisse no País. Foi a Arion que identificou uma possibilidade de investimento no Brasil”, explica o executivo. Segundo ele, a Maeda estava com dívidas de cerca de R\$ 300 milhões, dos quais R\$ 200 milhões eram com bancos. “A dívida foi reestruturada e alongada para ser paga em um prazo de cinco anos, sendo dois de carência”, disse.

O executivo afirma que a Maeda foi capitalizada e está operando normalmente.

Audidores independentes também deverão analisar o negócio antes da aprovação. “Os preços e valores envolvidos na negociação deverão receber o aval dessas auditorias”, disse.

Segundo informações da Brasil Ecodiesel, está sendo discutida uma relação de troca, sujeita ainda à aprovação das companhias e confirmação por instituição avaliadora, de aproximadamente 3,6395 ações da Maeda para cada ação da Brasil Ecodiesel, o que atribui à Maeda um valor econômico de cerca de R\$ 320 milhões.

Petrobrás fecha acordo de R\$ 2 bi com Guarani - Eduardo Magossi – O Estado de São Paulo – Negócios – 26/10/2010

A Açúcar Guarani está ampliando as sinergias como sistema Petrobrás por meio de um contrato de venda de 2,2 bilhões de litros com a BR Distribuidora a serem entregues em um período de quatro anos.

A Petrobrás possui 45,7% da Guarani, que é sócia da Tereos Internacional no grupo de usinas. A entrega do combustível será feita a partir de valor de mercado, que hoje seria de R\$ 2,1 bilhões.

Segundo o presidente da Guarani, Jacyr Costa Filho, a venda para a BR equivale a 80% da produção atual de etanol das usinas da Guarani, que atingiu 800 milhões de litros na safra 2010/11. “Estamos ampliando o acordo feito quando a Petrobrás comprou parte da Guarani, em abril de 2010, que previa apenas a venda de 50% do etanol produzido”, disse o executivo.

O novo contrato visa a obtenção de sinergia entre as duas empresas. A avaliação inicial é de que as sinergias gerem ganhos de R\$ 7 milhões por meio de maior flexibilidade comercial e também de melhores condições logísticas.

“Este acordo dá continuidade ao processo de aproximação da Guarani do sistema Petrobrás, em uma intensidade maior do que se imaginava inicialmente”, disse o presidente da empresa, que não descarta novas negociações no futuro para ampliar a sinergia entre Guarani e sistema Petrobrás.

Costa disse também que o acordo entra em vigor agora, na safra atual 2010/11, e que não serão necessários investimentos expressivos para sua operacionalização. Expansão do etanol.

Na safra 2009/10, a Guarani processou 17,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, das quais 60% foram direcionados para a produção de açúcar e 40% para etanol.

Com a entrada da Petrobrás na empresa, a estratégia é expandir mais a produção do etanol, chegando a um mix de 50% de etanol e 50% de açúcar. Pelo acordo fechado em abril, a Petrobrás deverá investir cerca de R\$ 1,6 bilhão na Guarani, dos quais R\$ 682 milhões já foram investidos.

O primeiro fruto desta associação foi registrado em junho, quando a Guarani adquiriu a Usina Mandú por R\$ 345 milhões mais uma dívida de R\$ 255 milhões. O perfil de produção da Mandú se enquadra na estratégia da empresa de elevar a produção de etanol. Na Mandú, 60% da cana é utilizada para a produção deste combustível e 40% para a de açúcar.

A Mandú localiza-se em Guaíra, no noroeste paulista, região na qual a produtividade da cana é superior à média brasileira, e onde também estão localizadas todas as seis usinas da Guarani: São José, Cruz Alta, Tanabi, Severínia, Andrade e Vertente (nesta, a Guarani possui 50% do capital). Todas as usinas da Guarani devem produzir, na atual safra 2010/11, que termina em março de 2011, cerca de 20,7 milhões de toneladas de cana.

Segundo analistas, valor baixo de ativos e competitividade do combustível incentivam consolidação no mercado

Petrobras e Açúcar Guarani anunciaram anteontem contrato de R\$ 2,1 bilhões para fornecimento de etanol

A consolidação do mercado de álcool combustível brasileiro por meio de parcerias entre empresas petrolíferas e sucroalcooleiras é uma tendência, afirmam especialistas consultados pela **Folha**.

Anteontem, a Petrobras Distribuidora e a Petrobras Biocombustível, subsidiárias da Petrobras, anunciaram contrato com a Açúcar Guarani no valor de R\$ 2,1 bilhões para fornecimento de até 2,2 bilhões de litros de etanol em quatro anos.

O contrato é parte da parceria estratégica firmada em abril entre a Tereos Internacional, da qual a Guarani é subsidiária, e a Petrobras Biocombustível.

À época, a Petrobras disse em comunicado que o objetivo da parceria era "acelerar seu crescimento na indústria brasileira de etanol, açúcar e bioenergia".

Em agosto, Shell e Cosan já haviam anunciado acordo vinculante para a formação de uma joint venture para a produção e a comercialização de etanol.

COMPETITIVIDADE

O movimento ocorre, para Plínio Nastari, presidente da consultoria de etanol e açúcar Datagro, porque o álcool de cana já é visto como competitivo ante o petróleo.

Além disso, ele destaca o valor baixo dos ativos de produção em relação aos do mercado de energia em geral, o que torna mais barata a entrada no setor. Adriano Pires, consultor em energia e diretor do CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura), ressalta ainda o que chama de "commoditização" do etanol, que se transformou em "um combustível que não é mais uma alternativa, e sim uma realidade".

"Não que vá virar o novo petróleo, ou que o Brasil vá virar a "Arábia Saudita verde", como o presidente Lula já afirmou. Mas o etanol vai ser importante para a mistura com a gasolina, para deixá-la mais limpa", diz.

Para Amarilis Romano, consultora em biocombustíveis da Tendências, as empresas estão buscando entrar no setor com o know-how de quem é grande no mercado.

"O mercado de energia é maior que só petróleo, e sempre cai bem uma participação em biocombustíveis."

DESNACIONALIZAÇÃO

Pires afirma que o combustível, historicamente "verde-amarelo", está sofrendo uma "desnacionalização" com a saída das famílias tradicionais do processo de solidificação e profissionalização das sucroalcooleiras.

"Talvez tirando a ETH [Bioenergia, da Odebrecht], que é uma empresa genuinamente brasileira, os grupos que estão consolidando o setor têm sempre a presença estrangeira", diz.

Análise divulgada no início deste ano pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e pelo Ministério de Minas e Energia aponta que a participação estrangeira na capacidade de moagem de cana passou de inexpressiva, na safra 2005/2006, para 40% na safra 2010/2011.

Uso da terra pode barrar produção - TATIANA FREITAS – Folha de São Paulo – Mercado – 27/10/2010

Debate é técnico, mas pode parar na OMC

O debate sobre o desmatamento indireto causado pelo etanol de cana tornou-se uma discussão técnica entre Brasil, EUA e Europa que pode, em última instância, acabar na OMC (Organização Mundial do Comércio).

As economias desenvolvidas, que começam a criar regras para o mercado de biocombustíveis, colocaram em pauta o impacto de uso da terra (Iluc, na sigla em inglês) na produção de etanol.

A discussão é a seguinte: se o etanol brasileiro não é responsável por novos desmatamentos, ele está empurrando outras atividades, como a pecuária, para o bioma amazônico, causando danos indiretos ao ambiente.

Para essas nações, esse movimento deve ser considerado ao avaliar o etanol como biocombustível avançado.

Segundo a Unica (associação dos produtores de cana), o etanol reduz as emissões de gases de efeito estufa em 90%, comparado à gasolina.

Mas, considerando o "efeito Iluc", esse percentual cai para 62%, segundo o EPA (Agência de Proteção Ambiental dos EUA). Até o final deste ano, a Comissão Europeia divulga o seu cálculo.

Para Marcos Jank, da Unica, o Iluc pode tornar-se uma barreira não tarifária. "Esperamos que essa punição seja comprovada cientificamente. Se não for, entraremos com um contencioso na OMC, nossa última opção", disse ontem, em evento na Fiesp sobre o tema.

AGROPAUTA - Setor discute uso de milho para produção de etanol – Sítio Eletrônico do MAPA – 27/10/2010

Brasília (27.10.2010) - Representantes do setor produtivo de milho apresentarão análise sobre a utilização do cereal na produção de etanol no Brasil e Estados Unidos. A avaliação será divulgada na *10ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo*, nesta quarta-feira, 27 de outubro, no auditório térreo do Ministério da Agricultura, em Brasília.

Dados de comercialização de milho e o levantamento da safra 2010/2011 da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) também serão debatidos.

Serviço

10ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo

Data: 27.10.2010 (quarta-feira)

Hora: 14 às 17h

Local: Auditório térreo do Ministério da Agricultura – Brasília (DF)

POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Biodiesel

Ministério da agricultura autoriza novo uso para a glicerina – Sítio eletrônico da Biodiesel Br – 05/10/2010

Decisão do governo federal abre caminho e um importante mercado para o aproveitamento do excedente de glicerina gerado no processo de fabricação do biodiesel. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) autorizou o uso do produto como insumo para alimentação animal e estabeleceu um padrão mínimo de qualidade (veja tabela abaixo).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por meio da resolução 386/1999, já colocava o glicerol como umectante na lista de aditivos permitidos para a alimentação humana e animal. Porém, não havia critérios de conformidade e de qualidade para a glicerina destinada a este fim, nem a obrigação de registro prévio do produto.

As gliceras bruta e loira, que saem das usinas com até 80% de glicerol, possuem grande quantidade de calorías devido ao alto teor de ácidos graxos. Por essa razão, elas podem ser fonte nutricional economicamente viável e substituir ingredientes energéticos como o milho.

Cerca de 10% de todo biodiesel processado resulta em glicerina. Há tempos pesquisadores de todo país vêm tentando encontrar novas aplicações que dê um destino para as 200 mil toneladas de glicerina geradas por ano pela indústria de biodiesel.

Todo esse excedente seria rapidamente absorvido pelo gigante mercado de nutrição animal. De acordo com o Sindirações, no ano passado a produção brasileira foi de 61 milhões de toneladas de ração. Para este ano a previsão é de 62 milhões de toneladas, consumidas principalmente por frangos e suínos. Se todo o volume gerado pelas usinas de biodiesel fosse destinado à alimentação animal, a adição seria de apenas 0,3% no total de rações, ou então 0,7% na alimentação de frangos ou 1,2% de suínos. Segundo os especialistas, a glicerina pode ser adicionada de forma segura em até 10% na dieta de ruminantes e não-ruminantes.

Limitações

De acordo com Bruno Paule, fiscal federal agropecuário do Departamento de Fiscalização dos Insumos Pecuários do Mapa, existem algumas limitações para o uso da glicerina na ração. Uma é de ordem econômica. O preço da glicerina precisa ser competitivo em relação ao preço da soja e do milho, seu principal concorrente. Outra preocupação é de ordem tecnológica. Como a glicerina é líquida e a ração é seca, há um limite de adição para poder preservar a qualidade do pellet. Também há limitações

zootécnicas: teores de sódio, de umidade e de contaminantes, como metanol, precisam ser monitorados para não prejudicar a saúde do animal.

Segundo Paule, a empresa interessada em utilizar o ingrediente na ração, deverá registrar o produto nas superintendências estaduais do Mapa. Mas, por enquanto, todos os pedidos serão encaminhados para Brasília, pois o governo quer avaliar melhor o modo de produção da glicerina em análise, principalmente em relação à matéria-prima utilizada na fabricação do biodiesel. Estão sendo barradas para nutrição animal as gliceras provenientes do sebo bovino, de pinhão-manso e de mamona. Isso porque não há pesquisas suficientes sobre seus efeitos na saúde dos animais. O problema das duas oleaginosas é a toxicidade, já o sebo bovino, a princípio, não seria indicado para ruminantes.

Pinhão-manso e mamona não chegam a preocupar porque quase nem aparecem nas estatísticas de produção do biodiesel, já o sebo bovino tem uma participação média de 16%. “Precisamos estabelecer níveis de qualidade maior em relação à glicerina de sebo, porque o uso de proteína animal na alimentação de ruminantes foi a causa da doença da vaca louca”, diz Paule. O fiscal informa que o governo está aguardando um parecer mais detalhado com a avaliação de risco do Departamento de Sanidade Animal para liberar ou não a glicerina produzida com essas fontes.

Padrão mínimo de qualidade da glicerina para alimentação animal

Composto

Limite

Valor

Unidade

Glicerol

Valor mínimo

800

g/kg

Umidade

Valor máximo

130

g/kg

Metanol

Valor máximo

150

mg/kg

Sódio

Valor mínimo

Será garantido pelo fabricante e pode variar em função do processo produtivo
g/kg

Matéria mineral

Valor máximo

Será garantido pelo fabricante e pode variar em função do processo produtivo
g/kg

Fonte: Departamento de Fiscalização dos Insumos Pecuários (Mapa)

Alice Duarte – BiodieselBR.com

**Governo divulga balanço do Programa Nacional de Palma – Biodiesel BR –
14/10/2010**

O presidente Lula se reúne hoje às 14h com representantes do governo para acompanhar os resultados dos primeiros meses de vigência do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo, lançado em maio. Ontem (13), às 15h, membros do governo divulgaram um balanço das ações em uma coletiva para a imprensa em Belém (PA).

Entre as principais ações apresentadas está o lançamento comercial da nova cultivar híbrida de dendê, desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa): a BRS Manicoré, registrada há um ano no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A cultivar é uma mistura da palma africana (*Elaeis guineensis* Jacq.) com o dendê-do-pará (*Elaeis oleifera* (Kunth) Cortés), espécie que tem ocorrência nas Américas Central e do Sul.

A palma africana tem produtividade maior que sua irmã americana, mas verificou-se que nos cultivos em regiões muito úmidas, como o Norte do país, a planta sofria de uma doença chamada de amarelecimento fatal. A doença dizimou plantações na década passada e levou ao encerramento das atividades de processamento de óleo da Denpasa, que chegou a gerar até 1.000 empregos diretos no Pará. A nova cultivar da Embrapa apresenta produtividade semelhante a da palma africana, com a vantagem de ser mais resistente à doença.

No Registro Nacional de Cultivares (RNC) há outra espécie híbrida, registrada em 2006 pela Marborges Agroindústria S.A., mas segundo Denilson Ferreira, coordenador-geral de Agroenergia do Mapa, esta não apresentou bom rendimento no Brasil.

A Embrapa está ampliando sua capacidade de produção de sementes e a expectativa é gerar 1 milhão de mudas em 2011. “Um dos grandes gargalos para expandir a cultura no país era a oferta de mudas”, diz Ferreira.

Outro assunto que será apresentado amanhã ao presidente Lula é a regularização fundiária na Amazônia Legal. O Programa de Produção de Palma está sendo articulado junto com o Programa Terra Legal, criado para titular a propriedade de terras públicas na Amazônia ocupadas por posseiros. A prioridade do governo é legalizar as áreas já foram zoneadas para o cultivo do dendê na região. Ferreira diz que a questão fundiária é peça chave para a expansão do cultivo de palma no Brasil. “Sem isso os agricultores não têm acesso a crédito, nem tem como assinar contratos com as empresas”, diz. Segundo Marco Antônio Viana Leite, coordenador de biocombustíveis do Ministério de Desenvolvimento Agrário, a meta é chegar a 4.800 propriedades regularizadas até setembro de 2011.

O MDA diagnosticou até agora 4.500 agricultores familiares do Pará e de Roraima como aptos a participar do programa. O ministério concluiu a capacitação de 40 técnicos para dar assistência a esses agricultores. Agora será iniciada a segunda etapa de treinamento, com outros 40 técnicos. Ano que vem, segundo o coordenador, serão mais 80 profissionais.

Embrapa lança cultivar de dendê BRS Manicoré – Biodiesel BR – 14/10/2010

O óleo de palma, também conhecido como dendê, é o mais consumido e produzido em todo o mundo. O Brasil tem a maior área com aptidão para o plantio dessa oleaginosa, apesar de importar mais da metade do que consome. “O desafio é expandir a produção de palma com critérios sustentáveis, sem perder a qualidade e a produtividade da planta”, destacou o coordenador-geral de Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Denilson Ferreira, em entrevista coletiva à imprensa do Pará, nesta quarta-feira, 13 de outubro, em Belém. Para suprir a demanda do mercado, Ferreira, o gerente-geral da Embrapa Transferência de Tecnologia, Ronaldo Andrade, e o chefe-geral da Embrapa Agroenergia, Frederico Durães, apresentaram a nova cultivar híbrida de palma, lançada pela Embrapa, que garante maior produtividade e resistência.

O híbrido de dendê BRS Manicoré é uma cultivar desenvolvida a partir do cruzamento entre o dendezeiro de origem africana (*Elaeis guineensis*) e o originário da região Amazônica caiaué (*Elaeis oleifera*). “A cultivar foi testada durante 20 anos em áreas onde normalmente ocorre o amarelecimento fatal, provocado por uma praga”, explica Ronaldo Andrade. Segundo ele, após esse período, o híbrido Manicoré não apresentou nenhum sintoma de amarelecimento. “Isso o torna ideal para o cultivo em regiões indicadas como preferenciais para o plantio da palma de óleo pelo zoneamento climático, como a região Norte”, destaca Andrade.

Uma das principais vantagens da nova cultivar é o teor de ácidos graxos insaturados (conhecidos como “gordura boa”) mais elevado do que nas outras espécies, tornando-a propícia para a indústria alimentícia e para a produção de biodiesel. Outras características do híbrido são a produtividade (30 toneladas por hectare ao ano), reduzida taxa de crescimento anual do caule (o que facilita a extração dos frutos), taxa de extração do óleo superior em cerca 20% à das outras espécies, ciclo de colheita mais longo e menor suscetibilidade ao ataque de insetos desfolhantes.

Biodiesel

O óleo de palma é considerado alternativa para a produção de biodiesel. O Brasil possui, de acordo com o Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo, cerca de 32 milhões de hectares de áreas desmatadas com aptidão para a expansão da cultura, sendo uma atividade agroindustrial com uso intensivo de mão-de-obra. É considerada uma atividade capaz de conter o fluxo migratório das populações rurais para os centros urbanos.

Além de seu valor para a economia nacional, com a produção do óleo, o cultivo do dendê também traz benefícios ambientais. A planta apresenta potencial para absorção de gás carbônico, podendo contribuir para a redução da emissão de gases de efeito estufa.

Espaço de discussão - A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma terá sua segunda reunião amanhã, 14 de outubro, às 14h, na capital paraense. Criada neste ano, a câmara faz parte das ações do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil e é integrada por representantes do governo federal e do setor privado.

Entre os pontos que serão abordados no encontro estão o balanço das ações do Programa de Produção da Palma e as perspectivas para os próximos anos e a nova cultivar híbrida de palma lançada pela Embrapa. Está prevista a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da reunião.

Estudo analisa produção de biodiesel e dendê na Amazônia - Biodiesel Br – 18/10/2010

O Centro Mundial Agroflorestal (Icraf, na sigla em inglês) acaba de publicar um estudo técnico sobre os potenciais impactos positivos e negativos do cultivo de dendê e da produção de biodiesel na Amazônia. O estudo faz parte de um projeto de pesquisa do Núcleo de Governança de Biocombustível e Mudanças Climáticas (Nugobio), da Universidade Católica de Brasília (UCB), onde participam professores e pesquisadores de várias universidades do Brasil e dos Estados Unidos.

Segundo os autores do estudo, um dos maiores desafios é garantir que a produção de óleo de palma seja efetivamente implementada em terras degradadas, garantindo o acesso à terra, conservando a biodiversidade, a segurança alimentar, e preservando direitos humanos e trabalhistas. O estudo foi conduzido por Renata Marson Teixeira de Andrade, professora da UCB e coordenadora do Nugobio, e Andrew Miccolis, diretor do Instituto Sálvia e do ComSensos Consultoria.

“O cultivo de dendê na Amazônia não é essa panacéia toda que o governo está mostrando”, diz Miccolis. Ele alerta para o risco de a dendecultura aumentar os desmatamentos e inflacionar o preço da terra. Apesar de ser considerada pelo governo uma atividade capaz de conter o fluxo migratório das populações rurais para os centros urbanos, a atividade pode forçar os pequenos agricultores a venderem seus lotes, resultando na concentração de terras nas mãos de latifundiários.

O estudo foi elaborado em abril de 2009 e, portanto, não analisou o recém lançado Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo, nem as iniciativas da Vale e da Petrobras Biocombustível, que iniciaram fomento ao cultivo de dendê no Pará para a produção de biodiesel. O foco do programa federal é aproveitar terras degradadas da

Amazônia e as boas condições climáticas para tornar o país o maior produtor de óleo de palma do mundo, sem repetir o modelo predatório de produção de países como Indonésia e Malásia. “O governo está tentando mitigar o problema ambiental. Mas uma coisa é falar que o dendê só pode ser plantado em áreas degradadas. Outra coisa é verificar isso em campo”, diz.

De acordo com o zoneamento agroecológico da palma, o país possui cerca de 32 milhões de hectares de áreas desmatadas com aptidão para a expansão da cultura. Além da disponibilidade de terras, será necessário observar a logística da produção. As áreas produtivas não podem estar longe das unidades de extração de óleo, porque os frutos precisam ser processados até 24 horas após a colheita. “Baseado em nossa experiência na região, é difícil achar áreas degradadas próximas umas das outras”, diz Miccolis.

Os autores da pesquisa alertam que o dendê não é a única oleaginosa que representa potencial de risco para a Amazônia. Segundo eles, a soja obrigatoriamente irá continuar a desempenhar um papel central na produção nacional de biodiesel e por isso pode continuar tendo impactos ambientais e sociais na Amazônia. “No entanto, o atual quadro político brasileiro, juntamente com as iniciativas privadas liderado pelo setor, tais como a Moratória da Soja, e a pressão dos mercados internacionais para uma soja mais ‘verde’, aparentemente tendem a impedir a expansão da soja para as fronteiras do bioma amazônico”, diz o estudo.

Estudo de caso

O primeiro obstáculo para o biodiesel de dendê é de ordem econômica. O óleo tem outros usos mais nobres, e a indústria de alimentos e de cosméticos costumam pagar preços melhores. “Chamamos isso de alto custo de oportunidade”, diz Miccolis. A Agropalma, atualmente a única empresa que produz biodiesel a partir de palma na Amazônia, não utiliza o óleo e sim a borra, um subproduto do refino.

O modelo de produção da empresa, realizado em parceria com a agricultura familiar na região, foi utilizado como estudo de caso. Verificou-se que a área dedicada ao cultivo da palmácea (geralmente com 6 a 10 hectares por produtor, e que muitas vezes é toda terra disponível para agricultura) consome grande parte do tempo e dos recursos dos agricultores familiares. “O manejo – roçado, rebaixamento, poda, colheita – exige mão-de-obra intensiva”. Como resultado, não foi possível consorciar a produção de dendê com outras culturas (como a mandioca, feijão, verduras e frutas), nem nos primeiros anos. Isso prejudicou a segurança alimentar e a diversificação da produção, dificultando os meios de subsistência dos pequenos agricultores.

“A experiência com a Agropalma mostrou que os contratos não se mostraram muito favoráveis para os produtores”, observa. Os contratos normalmente exigem que os produtores vendam exclusivamente para a mesma empresa por 25 anos (o tempo de vida útil das palmeiras em plantações comerciais). Mesmo com o longo período de carência para pagar os empréstimos, os elevados custos de implementação da cultura leva os agricultores ao endividamento durante vários anos, já que o auge da produção de frutos só começa depois de sete anos.

No entanto, ele ressalta que o consórcio com culturas alimentares, como mandioca, abacaxi, banana, maracujá e cacau, é altamente viável, especialmente nos cinco

primeiros anos, enquanto as copas das palmeiras não estão fechadas.

A produção de um combustível renovável e mais limpo sempre foi uma necessidade para a Amazônia, que é refém do óleo diesel para a geração de energia elétrica. “Apesar dos empecilhos, o dendê apresenta grande potencial, principalmente em comunidades ribeirinhas e indígenas isoladas, onde o preço do diesel, mesmo subsidiado pelo governo, é muito caro, assim como a geração de outras alternativas de energia”, diz Miccolis, que destaca a necessidade de mais pesquisas para viabilizar a implantação de micro biorrefinarias e sistemas agroflorestais.

Veja quais são as potenciais vantagens e desvantagens da produção de óleo de palma no Brasil:

Vantagens:

* Os rendimentos são muito elevados. Cerca de cinco toneladas de óleo por hectare plantado podem ser esperadas de palmeiras maduras, dez vezes maior do que outras oleaginosas.

* A produção mostra um balanço energético favorável (a relação entre a energia produzida e a energia consumida), e as árvores permanecem viáveis comercialmente por 25 anos.

* As árvores são bem adaptadas aos trópicos úmidos, com elevada capacidade de seqüestro de carbono e de produção de matéria orgânica. Isso deve contribuir para compensar os efeitos das emissões de gases causadores do efeito de estufa e, ao mesmo tempo, reduzir a erosão do solo.

* O sistema de cultivo utiliza muita mão-de-obra e por isso tem um elevado potencial para criar empregos e gerar renda.

* O consórcio com culturas alimentares é altamente viável, especialmente nos primeiros anos, enquanto as palmas ainda estão imaturas. Isso pode ajudar a estabelecer sistemas agrícolas mais diversificados.

Desvantagens:

* O óleo deve ser extraído dentro de 24 horas após a colheita dos frutos, caso contrário ele fica rançoso. Unidades para processamento devem ser localizadas próximas às plantações.

* Para serem economicamente viáveis, plantações de pequena escala devem ser localizadas próximas umas das outras para facilitar a logística de transporte e garantir o abastecimento suficiente de frutos para as unidades de extração.

* Produção de palma pode forçar a concentração da terra e resultar em diminuição da produção de culturas alimentares. Isso poderia comprometer a segurança alimentar e ampliar as vulnerabilidades das comunidades locais.

Estudo aponta caminhos para o futuro do biodiesel – Biodiesel Br – 27/10/2010

Na manhã de 26 de outubro, foram apresentados em primeira mão os resultados de um recém-concluído estudo sobre o estado atual e as perspectivas de futuro da indústria brasileira de biodiesel. O levantamento foi realizado pela FGV Projetos – braço de extensão de ensino e pesquisa da Fundação Getúlio Vargas – com o apoio da União Brasileira do Biodiesel (Ubrabio), associação que representa os interesses dos produtores em nível nacional.

Em sua fala aos presentes, o presidente-executivo da Ubrabio Odacir Klein apontou que o maior mérito do estudo é abastecer o setor de argumentos cientificamente consistentes para entrar no debate do marco regulatório dos Biocombustíveis (leia reportagem sobre o tema na [edição 19 da revista BiodieselBR](#)). “Se nós trouxéssemos aqui dados da Ubrabio, seriam dados corporativistas. Nós decidimos tirar a discussão desse âmbito para torná-la um debate científico e a parceria entre Ubrabio e FGV dá uma credibilidade maior aos dados”, explica.

Entretanto, Odacir foi absolutamente franco ao reconhecer que a Ubrabio tem um alvo bem mais pragmático na mira. Ele apontou aos presentes que o PNPB conseguiu antecipar o B5 em três anos, mas que isso teve como consequência o esgotamento do atual marco regulatório do setor – a Lei 11.097 de 2005. “O programa está consolidado e é bem-sucedido, mas, se não houver uma mudança no marco, ele está estagnado”, lamenta acrescentando que a Ubrabio não está defendendo o aumentar a mistura obrigatória para já, mas que se sinalize uma perspectiva para o futuro.

Nesse contexto, o estudo da FGV Projetos faz um apanhado dos principais números e tendências da cadeia produtiva do biodiesel e os extrapola para tentar compor uma imagem de como a cadeia do produto deverá se comportar ao longo dos próximos 10 anos. Sintomaticamente, o documento trabalha com um panorama da adoção B20 a partir de 2020.

Embora tenha relutado um pouco para admitir, o vice-presidente técnico da Ubrabio, Geraldo Martins, acabou assumindo que esse número – B20 dentro de 10 anos – representava a reivindicação da entidade nos debates do novo marco regulatório.

Resultados

Os resultados do estudo foram apresentados pelo coordenador de projetos da FGV Projetos, Cleber Lima Guarany. Os dados apontam que graças a investimentos da ordem de R\$ 4 bilhões que o setor atraiu nos últimos cinco anos, estaríamos preparados para atender a demanda do B10 imediatamente sem a necessidade de novos investimentos. Contudo, para atingir a meta do B20 dentro de 10 anos, seria preciso colocar mais R\$ 7,36 bi no setor. Isso faria a capacidade produtiva saltar dos atuais 5,1 bilhões de litros para 14,3 bilhões até 2020. Com esse patamar de investimento, seriam criados 534 mil empregos diretos e 6 milhões de indiretos – o que se somaria aos 1,3 milhão de postos de trabalho abertos pelo setor entre 2005 e 2010.

O estudo traz uma série de revelações a respeito do perfil destes empregos. Em razão da produção de biodiesel ser feita de forma descentralizada e do fato de 72% do valor na cadeia do biodiesel vir da produção da matéria-prima, Cleber aponta que a

produção do biocombustível tem elevado poder de absorção de mão de obra não-qualificada e, portanto, de distribuição de renda e fixação do homem ao campo.

Na ponta agrícola da corda, Cleber ressalta que, apesar do estudo apontar para um crescimento significativo na participação de outras oleaginosas, a soja é e deve continuar sendo o principal lastro da indústria brasileira de biodiesel durante muito tempo ainda. As projeções do estudo indicam que em 2020 ela corresponderá a 70% do biodiesel nacional (hoje ela ultrapassa um pouco os 80%); pouco mais de 25% virá de oleaginosas que hoje mal aparecem nas estatísticas – mas que o PNPB está ajudando a consolidar – enquanto os 5% restantes virão do sebo e do óleo de algodão.

O crescimento do biodiesel também deverá empurrar o complexo soja mais para cima na escala de agregação de valor. De grande exportador de grãos, o país deverá passar a exportar mais farelo e proteína.

O fortalecimento das cadeias produtivas de outras oleaginosas deverá desencadear mudanças importantes na geografia do biodiesel dentro do Brasil. Regiões que hoje estão sub-representadas – como o Norte e o Nordeste – deverão ver sua participação aumentar nos próximos anos. Um destaque nesse sentido são os projetos ligados ao plantio da palma no Pará. A FGV Projetos estima que R\$ 14,9 bilhões devem ser investidos na estruturação das novas culturas.

Para melhorar, todo esse crescimento poderia acontecer sem avançar sobre um único hectare de mata nativa. Há no Brasil 106 milhões de hectares de áreas agrícolas e 220 milhões de hectares de pastagens subutilizados que poderiam ser convertidos para o plantio de oleaginosas.

Mas para que tudo isso possa acontecer, Cleber ressalta a importância de que o novo marco regulatório sinalize o que o setor pode esperar do mercado de mistura obrigatória. “Até para que o setor possa se organizar e planejar seus investimentos. Na área industrial você consegue aumentar sua capacidade produtiva de forma relativamente rápida, mas você não consegue fazer o mesmo na área agrícola. A palma, por exemplo, leva três anos para começar a produzir, então, os agricultores precisam de segurança para investir”, resume.

Externalidades

O estudo também procurou dimensionar como o biodiesel poderia contribuir para a melhora na saúde pública graças à diminuição nas emissões de poluentes. De acordo com estimativas da equipe da FGV Projetos, em 2007 a queima de combustíveis fósseis foi a causa de 37 mil internações e 5.284 mortes apenas nas seis maiores cidades do país (Belo Horizonte, Fortaleza, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo). Com o uso do B20, seria possível encolher esses índices nefastos em 4.837 internações e 687 mortes.

Biodiesel quer novo marco para garantir expansão – Biodiesel Br – 26/10/2010

O aumento da mistura do biodiesel no diesel mineral depende de um novo marco regulatório para o setor, de acordo com o presidente da União Brasileira do Biodiesel (Ubrabio), Odacir Klein. Segundo ele, o marco regulatório vigente prevê apenas a adição de até 5% no biodiesel, que estava previsto para 2013 mas foi adiantado para 2010 em função da grande oferta existente no País.

"A capacidade produtiva de biodiesel existente no Brasil hoje já é suficiente para implementarmos a mistura de 10% sem problemas", afirma Klein. O executivo afirma que o mercado encontra-se estagnado, com capacidade produtiva de 5,1 bilhões de litros, mas demanda efetiva de apenas 2,4 bilhões de litros. "Se não houver um novo marco regulatório que mostre um crescimento gradual da mistura no médio e longo prazo, dificilmente haverá novos investimentos no setor", afirmou. O setor trabalha com a possibilidade de um horizonte de mistura de 20% de biodiesel no diesel em 2020.

Para embasar a necessidade deste novo marco regulatório, a Ubrabio encomendou um estudo para a FGV Projetos, unidade de extensão de ensino e pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, que já realiza vários projetos no setor de etanol. Segundo este projeto, para atingir os 20% de mistura em 2020, o setor precisará de investimentos de R\$ 7,36 bilhões nos próximos dois anos. "Para atender o B20, a capacidade produtiva do setor teria que ser de 14,3 bilhões de litros", disse o coordenador de projetos da FGV Projetos, especialista em biocombustíveis, Cleber Guarany.

Atualmente, 78% do biodiesel produzido no Brasil utiliza a soja como matéria-prima, 16% o sebo bovino, 3% o óleo de algodão e outras oleaginosas são responsáveis pelos outros 3%. De acordo com Guarany, a soja continuará sendo a principal fonte de matéria-prima no longo prazo mas a participação das outras oleaginosas tende a crescer atingindo 25% em 2020, ante uma redução da soja para 70%. A participação do sebo bovino e do algodão deve recuar para menos de 5% cada um.

No caso do óleo de soja, a demanda atual de 1,88 bilhão de litros deverá crescer para 10,025 bilhões de litros em 2020. A participação de outras oleaginosas na produção, incluindo óleo de palma, pinhão manso, girassol, mamona e outros, deve crescer de 118 milhões de litros para 3,38 bilhões de litros no período analisado, de acordo com o estudo da FGV.

“Onde se produz, se consome”, defende chefe da Embrapa [Frederico Durães] – Biodiesel Br – 27/10/2010

O chefe da Embrapa Agroenergia, Frederico Ozanan Machado Durães, fez uma proposta polêmica durante a palestra que proferiu na Conferência BiodieselBR: “onde se produz a matéria-prima, se consome”. Durães chamou a atenção para o desequilíbrio no balanço energético do combustível quando o óleo ou gordura é usado na produção de biodiesel. “É uma visão absolutamente conservadora que pode sofrer uma crítica severa dos senhores, mas eu aceito”, disse. Para o pesquisador, é preciso “integrar a visão agrícola com a visão industrial e pensar nos arranjos produtivos para

o Brasil continental”, completou.

“A questão para nós não é terra. Provavelmente esses arranjos são a equação necessária para viabilizar a diversificação da matéria-prima do biodiesel. E diversificar é entender que 80% dos óleos produzidos no mundo são de apenas quatro espécies”, continuou. Durães diz que o Brasil precisa trabalhar sob a perspectiva de que a soja vai continuar a ser responsável pela viabilização do programa de biodiesel nos próximos dez anos.

Para que no longo prazo outras misturas se viabilizem, ele recomenda o investimento em oleaginosas cujo processo tecnológico já é dominado pelo Brasil, caso do algodão, da canola e do dendê. “O Brasil tem tecnologia, tem produtividade para o dendê. Tem um híbrido que tem produção e é resistente a pragas. Há uma grande aposta genética para expandir a produção de dendê”, adiantou.

Outra oleaginosa promissora, destacou, é a macaúba. “Temos um programa para constituir uma espécie dentro da cultura de macaúba que permita o cultivo comercial. É uma espécie com grande potencial de óleo. A estratégia é a domesticação dessas espécies. Já avançamos nesse programa de melhoramento, mas não temos o domínio tecnológico”, disse.

“A soja será a realidade nos próximos tempos. Entendemos que soja ainda será a realidade nos próximos cinco ou dez anos. O Marco Regulatório tem que entender isso e negociar a estratégia correta com isso”, opinou. Durães defendeu que a iniciativa privada trabalhe pela viabilização de outras culturas. “Naquelas espécies que já tem um certo domínio tecnológico é preciso fazer programas dirigidos para desenvolver, como por exemplo a canola. Os programas privados que atuam nessa direção potencializam a cultura”, completou.

Para o pesquisador, o investimento continuado vai ser um fator de renovação. “Isso que irá alavancar uma nova curva de aprendizagem para esse biodiesel que estamos construindo”, defendeu.

Biodiesel utiliza 66% mais óleo de soja no ano – Biodiesel Br – 29/10/2010

O ritmo da economia nacional e a maior demanda de óleo no setor de biodiesel fizeram a Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais) refazer as projeções de esmagamento de soja neste ano.

Os novos números da associação indicam que a moagem deverá ser de 33,9 milhões de toneladas, 10% a mais do que em 2009.

No final do primeiro semestre, as estimativas eram de moagem de 33,1 milhões de toneladas.

Com o aumento de esmagamento, a Abiove refez a estimativa de produção de óleo de soja para 6,6 milhões de toneladas, contra 6 milhões no ano passado.

Como as exportações de óleo de soja praticamente ficam estáveis neste ano, em 1,5 milhão de toneladas, o aumento de produção ocorre devido ao crescimento da demanda interna.

Na avaliação da Abiove, a utilização de óleo de soja na produção de biodiesel deverá atingir 1,88 milhão de toneladas neste ano.

Se confirmada, essa quantidade terá evolução de 66% em relação à utilizada pelo setor no ano passado.

A mistura de biodiesel ao diesel foi de 3% no primeiro semestre de 2009. Subiu para 4% no segundo e passou para 5% em janeiro deste ano.

Para a safra 2011/12 (de fevereiro de 2011 a janeiro de 2012), a Abiove prevê esmagamento de 34,5 milhões de toneladas, com a produção de óleo de soja subindo para 6,65 milhões de toneladas.

As receitas com as exportações do complexo soja, previstas em US\$ 17,1 bilhões neste ano, poderão ir a US\$ 19,6 bilhões no ano que vem.

As vendas externas de soja em grãos lideram, somando US\$ 11,3 bilhões neste ano.

Regras do selo social precisam passar por mudanças [Arnoldo Campos] – Biodiesel Br – 29/10/2010

Arnoldo de Campos, diretor de geração de renda e agregação de valor do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) reconheceu que é preciso alterar alguns pontos da Instrução Normativa do selo social, aprovando, por exemplo, uma proposta tributária que incentive a diversificação e resolva o problema do crédito presumido. Outra questão que ele apresentou foi a necessidade de aumentar a agilidade do cancelamento e concessão do selo.

“O programa tem que ser amigo da diversificação”, afirmou Campos. Ele defende a diversificação de culturas oleaginosas para garantir um futuro sustentável para o programa. “Se o preço da soja explodir no mercado internacional ninguém vai ficar desesperado porque teremos outras opções”, diz. Mesmo que as culturas incentivadas não forem usadas pelas usinas em determinado momento, elas sempre terão outros usos, não necessariamente biodiesel, argumenta.

O pior momento em relação à inclusão, segundo ele, foi no ano de 2008, quando o programa de biodiesel conseguiu incluir apenas 28 mil famílias. No ano passado, a participação da agricultura familiar melhorou, totalizando 51 mil famílias. A previsão do MDA para 2010 é inserir 109 mil famílias. No entanto, o número é metade da meta inicialmente projetada pelo governo.

Ele acredita que a chave para futuro do programa é melhorar a assistência técnica e

fortalecer as cooperativas. De acordo com o MDA, hoje são 1.200 técnicos contratados pelas empresas de biodiesel. Em 2006 havia somente quatro cooperativas inseridas na cadeia de biodiesel. O número aumentou para 13 em 2007, 20 em 2008 e chegou a 42 no ano passado. “Hoje, 70% dos agricultores familiares inseridos no programa estão dentro de cooperativas. Nossa idéia é chegar a 100%. A organização em cooperativas dá mais poder para os agricultores negociarem com as usinas”, diz Arnoldo.

Petrobras Biocombustíveis: a mamona é viável sim – Biodiesel Br – 29/10/2010

O uso da mamona como matéria-prima de biodiesel está evoluindo no Brasil. Dados apresentados pelo diretor de suprimento da Petrobras Biocombustíveis (PBio), Janio Rosa, mostram que houve avanços significativos nos projetos da estatal. “A mamona é um exemplo. Houve evolução na produtividade. Em testes com 30% de mamona e 70% de girassol e houve melhora no ponto de entupimento”, disse. Segundo Rosa, a produtividade era de pouco mais de 600 quilos por hectare na safra 2007 e já passou de 800 quilos por hectare este ano. A previsão é que a planta chegue a produzir 2,2 mil quilos por hectare no longo prazo.

Além dos bons resultados no campo, a PBio aponta que houve evolução no produto. Testes com 10% de biodiesel de mamona e 90% de biodiesel de soja mostraram que a mistura atende a especificação. “A mamona é viável sim e tem potencial, a empresa tem tecnologia para isso”, defendeu. O desafio agora, avisou, é aumentar a produção para reduzir o preço.

A lógica por trás dos investimentos da PBio é a de desenvolvimento de estratégias regionais. “Nossa posição é de investir no semi-árido brasileiro. Esse é o grande desafio”, apontou. Além da mamona, a estatal também investe no desenvolvimento do girassol, do pinhão-manso e a macaúba. “Estamos trabalhando para criar uma metodologia consistente para que quando nossos agricultores entrarem num programa de 25 anos saibam que não estão entrando numa aventura”, disse.

O resultado dos investimentos da PBio se reflete em números. São 63 mil agricultores familiares contratados e 165 mil hectares plantados. Foram adquiridas 73 mil toneladas de mamona e 3 mil de girassol plantadas com sementes certificadas. Isso significa, informou Rosa, R\$ 74 milhões em investimento.

O programa da Pbio inclui convênios com o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste para crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar. “Não tem ninguém ajudando ninguém. Todo mundo está se ajudando. É preciso apoio do governo federal principalmente no Nordeste”, afirmou. Rosa reconhece que as metas da estatal são ambiciosas. “São grandes os compromissos que nós assumimos. Temos clareza, entusiasmo com o compromisso de ter uma produção que seja sustentável. Temos em nossas mãos uma grande ferramenta de inclusão social e desenvolvimento regional, que é o programa nacional de biodiesel”, concluiu.

Rosiane Correia de Freitas - BiodieselBR.com

AEA defende cautela para implantação do B10 – Biodiesel Br – 29/20/2010

A Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA) apresentou ontem (28) na Conferência BiodieselBR sua visão sobre o aumento do percentual de mistura de biodiesel no diesel.

Segundo Vicente Pimenta, coordenador da Comissão Técnica de Biodiesel da AEA, para aumentar a adição de biodiesel é importante que se crie uma especificação para a mistura diesel/biodiesel. Além disso, ele ressalta que é necessário que haja um padrão em relação à estabilidade à oxidação. Ele alerta que um biodiesel degradado se comporta de maneira distinta e modifica as propriedades do diesel. “Ninguém é contra o biodiesel. A gente é favor da cautela. Na medida em que forem melhoradas as especificações e o conhecimento desse combustível estou convencido de que a proporção de mistura será maior”.

Segundo o coordenador, as vantagens de se aumentar o percentual de biodiesel são várias: diminui a quantidade de enxofre do diesel, contribui para o aumento da lubrificidade do diesel, traz um balanço energético positivo, aumenta a renda do produtor rural (agrícola e pecuária), reduz a emissão de gases de efeito estufa e, por fim, reduz a necessidade de importação de diesel.

Garantias

Para Pimenta os principais fabricantes de sistemas de injeção do mundo concordaram em dar garantia para o uso do B7, desde que o biodiesel esteja dentro da especificação europeia (EN 14214). “Os sistemistas resistirão em dar garantia a misturas com teores superiores a 7% neste momento”, alerta. No entanto, apesar da posição dos sistemistas, muitos fabricantes de motores têm garantido seus produtos para frações maiores de biodiesel, inclusive para o B100. “Eles decidiram sozinhos, por conta e risco deles, possivelmente para associar suas marcas a um combustível renovável, que gera menos emissões”, observa Pimenta.

Trabalho apresentado pela Cummins, fabricante de motores diesel para caminhões e ônibus, mostrou que o motor se comportou bem usando até 20% de biodiesel e não foram notadas diferenças em relação à potência, torque ou consumo de combustível.

Anfavea: B7 causará aumento no custo operacional de frotas- Biodiesel Br – 29/10/2010

Os proprietários de veículos a diesel na Argentina terão aumento de custo na manutenção dos motores com a implantação do B7. A informação é do vice-presidente da Comissão de Energia e Meio Ambiente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), Alexandre Parker. “Os fabricantes lá disseram que precisavam de testes. Mas não foram ouvidos”, explicou em palestra na Conferência BiodieselBR nesta quinta-feira. Como a manutenção terá

que ser feita mais vezes e a troca de filtros será mais freqüente, os proprietários de veículos diesel terão certamente aumento no custo operacional da frota.

Parker defendeu que o Brasil mantenha a sistemática adotada no programa de biodiesel até agora, que negociou com todos os setores a evolução da adição. “Fizemos um trabalho com o governo para elaboração do marco do B5. Esperamos que para novas misturas o processo seja o mesmo”, disse. O problema, alerta, é que segundo Parker, os recursos para pesquisa das fabricantes de motores estão focados até 2012 nos estudos necessários para a implantação do diesel S50 e S10. “Não são todas as indústrias que tem recursos para investir agora no estudo de uma nova mistura com o biodiesel”, alertou.

Isso não significa, no entanto, que a Associação seja contrária ao aumento da mistura. “A gente autoriza o B5 e está buscando o B7. Temos interesse em desenvolver produtos que atendam a essa demanda por biocombustíveis”, afirmou. Parker adiantou que algumas montadoras já autorizam o uso do B6 ao B30, desde que a freqüência na manutenção seja maior que o estipulado para o B5.

Outras fabricantes de motores autorizam uso de B100. “Mas são em condições controladas, frotas cativas”, alertou. “Porque aí você tem controle sobre a frota. Sabe como é o veículo, o combustível e sabe como é abastecido esse veículo e as condições de manutenção específica”, apontou. Para a Anfavea, o uso de misturas com maior teor de biodiesel implica necessariamente na realização de uma manutenção diferenciada.

O sucesso do biodiesel – Luis Nassif - Biodiesel Br – 30/10/2010

Uma pesquisa inédita da Fundação Getúlio Vargas (FGV), apresentada ontem no Seminário Brasilianas sobre Biocombustíveis, lançou mais luzes sobre o programa que marcou mudança fundamental nas políticas públicas brasileiras.

Pela primeira vez decidiu-se amarrar objetivos sociais a um programa econômico, através da criação de uma série de mecanismos induzindo as empresas a apoiarem a agricultura familiar.

Segundo levantamentos de Cleber Lima Guarany – coordenador de Projetos de Biocombustíveis da FGV – hoje em dia a capacidade instalada no setor é de 5,1 milhões de m³, o dobro do necessário para atender às metas de B5 – mistura de 5% no diesel. Desse total, 42% estão no centro-oeste, 17% no sudeste, 25% no sul, 12% no nordeste e 4% na Amazônia.

A cadeia produtiva do setor começa com a produção de matéria-prima, transporte, beneficiamento e esmagamento na usina, transporte do biodiesel e venda nos mercados locais. Ao todo, emprega 1,3 milhão de pessoas.

A grande matéria prima do biodiesel continua sendo a soja. O programa ajuda a aumentar a cadeia de valor de soja.

Hoje em dia, o grão de soja é vendido a US\$ 408 a tonelada, o farelo a US\$ 377, o óleo de soja a US\$ 377. Com o programa, a cadeia é enriquecida por dois novos produtos, o próprio biodiesel (US\$ 1.158,00) e a proteína animal, subproduto do farelo, a US\$ 1,711,00.

Em 2010, o sebo representou uma produção de óleo equivalente a 9% da produção de soja; e outros óleos a 16%. Em 2020, a estimativa é que o sebo represente 4% da produção de soja e outros óleos 39%. Mas a soja continuará sendo absoluta.

Até 2020 os investimentos totais no setor chegarão a R\$ 14,85 bilhões e se concentrarão especialmente na produção do óleo de palma, girassol, mamona e canola.

O maior valor de produção deverá do óleo de palma, com receita total de R\$ 4,5 bilhões em 2020.

Hoje em dia, 20% da matéria-prima para fabricação do biodiesel provem da agricultura familiar. Em 2010 são 108 mil famílias; em 2020 serão 570 mil famílias – ou 1.710.000 de pessoas.

O grande instrumento para motivar a compra da produção familiar foi o selo social. Para obtê-lo as empresas precisam se comprometer não apenas com a compra da produção familiar como da assistência técnica e do amparo de crédito.

A grande ferramenta de indução são as compras da Petrobras, para mistura no diesel. 80% das compras são para empresas que possuem selo social.

Hoje em dia vigora a mistura B5 (5% de mistura). Aumentando para B10, o país pararia de importar US\$ 1,67 bilhão/ano de petróleo ou 3,51 milhões de m3.

Outra contribuição importante foi nos investimentos industriais. De 2005 a 2010 foram investidos US\$ 4 bilhões no setor.

O grande desafio agora, para o próximo governo, será aumentar a quantidade de biodiesel na mistura.

Hoje em dia, com o setor tendo o dobro da capacidade para atender à demanda, há uma concorrência predatória nos leilões de compra. Com B10, se poderá atender imediatamente à nova demanda e planejar os investimentos para os próximos anos.

Luis

Nassif

Produção brasileira de biodiesel deve crescer 50% em 2010 – Sítio Eletrônico do MAPA – 30/09/2010

Brasília (30.9.2010) - A produção brasileira de biodiesel deve crescer 50% em 2010 em relação a 2009, alcançando 2,4 bilhões de litros. A informação e os avanços do mercado de biodiesel no Brasil serão apresentados, nesta quinta-feira, 30 de setembro, pelo secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Manoel Bertone, no *I Seminário Internacional Universidade-Sociedade-Estado*, realizado em Buenos Aires (Argentina). Durante o encontro, representantes de governo e acadêmicos da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai vão discutir as políticas públicas adotadas para impulsionar o uso de energias renováveis.

De acordo com o secretário, o programa brasileiro de biodiesel, com apenas cinco anos, já mostra resultados expressivos. A produção do biocombustível saiu de 732 mil litros, em 2005, para 1,6 bilhão de litros, em 2009. “O governo criou condições e o mercado respondeu bem. Por isso, conseguimos antecipar em três anos o percentual da mistura obrigatória de 5% (B5) de biodiesel ao diesel”, explica.

A mistura obrigatória de biodiesel ao diesel foi instituída por lei em 2005 e prevê uma ampliação gradativa de percentual. O B5 deveria vigorar a partir janeiro de 2013, mas a regra foi antecipada para 2010. Conforme Bertone, a resposta do setor produtivo, tanto no contexto industrial como agrícola, possibilitou a medida. “A disponibilidade de óleo e a capacidade de processamento permitiu o atendimento de 5% da demanda de diesel no País, que deverá atingir 45 bilhões de litros em 2010”, informa o secretário.

Outro ponto que será abordado é a diversificação de matérias-primas para produção do biocombustível, apontada por Bertone como essencial para a promoção do desenvolvimento regional, um dos focos centrais do programa brasileiro. O biodiesel é feito, principalmente, a partir de soja, sebo bovino e caroço de algodão, produtos mais competitivos. A palma de óleo (dendê), oleaginosa mais produtiva do mundo, é apontada como outra alternativa. Cada hectare de palma rende até cinco toneladas de óleo, enquanto a soja alcança em torno de 500 quilos de óleo por hectare.

O secretário lembra que, para incentivar a produção de palma de óleo, o governo federal lançou, em maio, o Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil, que indica áreas aptas para o cultivo, oferece linhas facilitadas de crédito e define investimentos em pesquisa e desenvolvimento da cultura. Até 2011, o governo vai aplicar R\$ 60 milhões em melhoramento genético, ampliação da capacidade de produção de sementes e estabelecer parcerias internacionais com centros de excelência em palma de óleo.

O *I Seminário Internacional Universidade-Sociedade-Estado*, realizado até esta sexta-feira, 1º de outubro, é promovido pelo Grupo Montevideu, que reúne 21 universidades públicas e autônomas da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.
(*Laila Muniz*)

Etanol

Cana deverá manter vantagem estratégica no mercado de biocombustíveis

[Gazzoni] - Biodiesel Br – 29/10/2010

No longo prazo, a extração de combustíveis da cana-de-açúcar deverá manter a vantagem dessa matéria-prima sobre as demais fontes renováveis. A afirmação é do assessor da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Décio Gazzoni, que apresentou a palestra “As novas tecnologias e o preço do biodiesel” na quarta-feira durante a Conferência BiodieselBR, em São Paulo.

Gazzoni afirmou que a densidade de energia por hectare plantado deverá ter uma evolução mais conservadora em matérias-primas como o dendê, a soja, a mamona e a canola. Já a cana-de-açúcar tem o potencial de triplicar esse potencial, além de já sair de um patamar mais elevado que de suas concorrentes.

Entre as matérias-primas do biodiesel, apenas o dendê teria uma evolução significativa. Ele defendeu que a medida que o setor de biocombustíveis evoluir para os produtos de 2ª, 3ª e 4ª geração, os cereais irão perder espaço como matérias-primas. Nesse cenário, avaliou, “a missão do biodiesel é captar o máximo de oportunidades, principalmente utilizando as inovações tecnológicas”.

O pesquisador também apresentou os resultados de testes realizados com o uso de etanol em motores diesel. A tecnologia exige apenas pequenas modificações no sistema de abastecimento do veículo. Com o uso de etanol no motor a diesel, há uma redução na emissão de CO₂, de material particulado e de óxido de nitrogênio. Além disso, há aumento de rendimento térmico do motor de até 25% e redução do custo de operação de 10%.

Diesel de cana emite menos partículas [Adilson Liebsch] – Biodiesel Br – 29/10/2010

Testes realizados pela Amyris com um combustível composto de 10% de diesel de cana, diesel e 4% de biodiesel mostrou que a mistura apresenta redução de 9% na emissão de partículas. “Esse é o grande vilão da saúde pública, causador de câncer”, destacou Adilson Liebsch, da Amyris. Além da redução nas emissões, a mistura apresenta também redução na opacidade. Não houve impacto no consumo nem mudanças na operação. Os testes foram realizados com uma frota de veículos da SPTrans que rodou 100 mil quilômetros durante seis meses.

A Amyris é proprietária de uma tecnologia inovadora de produção de diesel a partir da cana-de-açúcar. A empresa desenvolve leveduras que se alimentam da cana e eliminam hidrocarbonetos. Ajustes no processo permitem que se produza diesel, combustível para a aviação, lubrificantes, componentes para cosméticos e até mesmo

plásticos.

Segundo Liebsch, o processo exige baixo investimento, uma vez que pode ser instalado em usinas de álcool, permitindo que o usineiro inclua o diesel no rol de produtos da empresa. “A parte mais cara do maquinário é aproveitada da operação regular da usina”, explicou.

O diesel orgânico tem o número de cetano superior ao do diesel e do biodiesel de soja e densidade de energia semelhante aos dos dois combustíveis. “O combustível obtido no processo tem a mesma estrutura e as mesmas características do diesel mineral”, alertou.

O diesel da Amyris poderá ser produzido em escala comercial a partir de 2013, quando a primeira usina da empresa entra em operação.

A agroenergia serve à vida ou ao capital? – Sítio Eletrônico do MST – 05/10/2010

No artigo anterior abordamos a energia como um dos maiores enigmas do universo, especialmente, a Energia de Fundo que sustenta o cosmos e cada ser. Agora concentramo- nos na agroenergia, a mais saudada nos dias atuais por causa da crescente exaustão da matriz energética fóssil. Ela é vista como uma espécie de Arca de Noé salvadora do atual sistema.

Naturalmente, a energia, pouco importa seu tipo, é imprescindível para tudo, particularmente é o motor da economia de mercado e serve para todas as civilizações.

Quem quiser ter um apanhado bem fundado do tema numa perspectiva global, passando pelos países produtores e analisando os principais agrocombustíveis e, em geral, a bioenergia, deve ler o livro, de François Houtart, A agroenergia: Solução para o clima ou saída da crise para o capital? (Voz es 2010). O autor, sociólogo belga, muito conhecido em todo o Terceiro Mundo por ter criado em Louvain um centro tricontinental onde forma quadros da melhor qualidade, vindos do Grande Sul, para atuarem de forma transformadora em seus respectivos países, entre eles muitos brasileiros. É um dos fundadores e animadores do Forum Social Mundial.

A utilização de energias renováveis obedece a dois imperativos: 1), a curta longevidade do petróleo, cerca de 40 anos; do gás, 60; e 200 para o carvão; 2) a salvaguarda do meio ambiente e o controle do aquecimento global que, descuidado, pode pôr em risco toda a civilização.

Mesmo assim, um substituto à energia fóssil não é ainda, a médio prazo, alcançável. A agroenergia representará em 2012 apenas 2% do consumo global e poderá chegar a 7% em 2030, supondo a utilização do conjunto das terras agricultáveis da Austrália, da Nova Zelândia, do Japão e da Coreia do Sul. Se fossem

utilizadas todas as superfícies produtivas da Terra, elas alcançariam o equivalente ao petróleo que é um bilhão e 400 bilhões de barris/ dia. Ora, as demandas atuais se elevam a 3 bilhões e 500 milhões, tendendo a subir. Aqui emerge um impasse sistêmico. Tal fato obrigaria a pensar num outro modo de produção e de consumo, menos energívoro.

Se houvesse sentido de futuro coletivo, compaixão para com a humanidade sofredora, grande parte dela submetida à fome, à escassez de água potável e a todo tipo de enfermidade, e se predominasse o cuidado para com a Mãe Terra contra a qual movemos guerra total no solo, no subsolo, nos ares, nos rios e nos oceanos, refletiríamos seriamente como encontrar um modo de habitar o planeta com mais sinergia com os ritmos da natureza, com responsabilidade coletiva pela inclusão de todos e com benevolência para com a comunidade de vida. Agora seria a grande ocasião. Mas nos falta sabedoria, e ainda acreditamos nas possibilidades ilusórias do desastroso sistema capitalista que nos levou ao impasse atual.

O drama que envolve as energias alternativas reside no fato de que elas foram sequestradas pela lógica do capital. Este visa lucro crescente e nunca toma em consideração as externalidades que não entram no cálculo econômico (como a degradação da natureza, a poluição do ar, o aquecimento global, o crescimento da pobreza). Elas somente serão tomadas a sério quando forem tão negativas a ponto de prejudicarem as taxas de lucro do capital. Por isso, não nos enganemos com as empresas que alardeiam o caráter verde de sua produção. O verde vale desde que não afete os lucros nem diminua a capacidade de concorrência.

Importa dizer com todas as palavras: a busca de energias alternativas limpas não intenciona forjar formas de salvar o gênero humano e suas capacidades vitais mas visa a preservar a sorte do sistema do capital com sua lógica do ganha-perde.

Ora, esse sistema, com flexibilidade e adaptação espantosas, é capaz de produzir ilimitados bens e serviços mas sempre à custa da dominação da natureza e da criação de perversas desigualdades sociais. Hoje, ele está encostando nos limites da Terra, cujos recursos estão se extenuando. Está realizando a profecia de Marx, segundo a qual ele iria destruir as duas fontes de sua riqueza: a natureza e o trabalho. Ora, estamos assistindo exatamente ao cumprimento desta sinistra profecia.

A agroenergia não pode estar a serviço da reanimação de um moribundo mas deve reforçar a vida que demanda outro tipo de produção e de relação não destrutiva para com a natureza. O tempo para isso é urgente, para não chegarmos atrasados.

Num período de mudanças climáticas e restrições a emissões cada vez maiores, é importante focarmos nosso desenvolvimento na direção de uma economia de baixo carbono. Nesse sentido, é essencial valorizar as fontes alternativas de geração de energia elétrica que não adicionam emissões e explorá-las de forma crescente e em harmonia com a construção de hidrelétricas com reservatórios para equilibrar a sazonalidade e as oscilações dessas fontes alternativas. Tudo com responsabilidade e critérios técnicos e sem nos deixarmos levar por modismos ou por ações “politicamente corretas”. Essa harmonia é necessária porque as energias da biomassa e eólica, apesar de complementares às hidrelétricas, não atenderiam à “ponta” do consumo. Por isso a importância das térmicas a gás natural para firmar as hidrelétricas a fio de água da Amazônia.

Sabemos que o potencial do Brasil em energia eólica é hoje estimado em cerca de 300 GW a 400 GW, que são empreendimentos de rápida implantação e não têm impacto social de grande monta. Um dos benefícios da inserção da geração dessa energia no parque gerador brasileiro decorre do fato de ela complementar a geração hidrelétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN).

Por exemplo, de junho a setembro, quando a vazão no Rio São Francisco diminui, ocorre maior incidência de ventos no vale do rio. Logo, a complementaridade poderá contribuir para aumentar a segurança do abastecimento energético, principalmente na Região Nordeste.

A capacidade instalada mundial de energia eólica alcançou em 2009 157,9 GW, um crescimento de 31% em relação a 2008. Em termos absolutos, os EUA têm a maior capacidade de geração eólica (35,1GW); seguidos por Alemanha, 25,7GW; China, 25,1GW; Espanha, 19,1GW; e Índia, 10,9GW.

A energia da cana-de-açúcar, além do etanol, pode propiciar-nos nos próximos anos, por meio do bagaço da cana, 12 GW somente com as atuais usinas. Ou seja, uma nova Itaipu. No caso da biomassa de cana, a tecnologia já está dominada e seu contínuo desenvolvimento já se dá de forma natural. No caso das eólicas, há uma tendência de ampliação de sua competitividade na medida em que as indústrias se desenvolvam, tornando o Brasil uma plataforma de produção com domínio tecnológico dos aerogeradores e componentes.

No caso da biomassa, há problemas para o seu avanço como importante geradora de energia. Por exemplo, a conexão das usinas ao SIN, que poderia ser resolvida com a transmissão sendo levada até as usinas; e a não existência de leilões por fonte e por submercados.

Em São Paulo a rede da CPFL, por exemplo, não está dimensionada para transportar produção, mas para suprimento da carga, uma realidade insustentável. Está sendo elaborada uma regulamentação que permita estabelecer redes coletoras para interligar as usinas ao SIN. A solução seria planejar uma rede coletora de geração distribuída (GD) composta por ramais de rede básica (>230kV) e uma subestação coletora de GD localizada no centro de gravidade da GD (bioeletricidade, PCHs, UTEs) e “no pé de torre” da rede básica existente, com mínimo custo global.

O fato novo e que chamou a atenção no último leilão de energia foi o desempenho da energia eólica. A complementaridade com as UHE’s sébiunívoca, seja eólica no Nordeste, seja biomassa no Sudeste. Necessita-se, com urgência, definir a energia assegurada dessas fontes por certificadora independente. Essa definição é fundamental, na medida em que teremos os preços dessas energias próximos à

realidade de cada uma e, ao mesmo tempo, impediremos que produtores, no afã de ganhar leilões, forneçam fatores de carga que nunca serão alcançados.

A atual assimetria da regulamentação da transmissão está fazendo com que as vantagens dessas fontes sejam transferidas ao preço de produção. É necessário aplicar às fontes eólica e biomassa, o quanto antes, o mesmo conceito do Mecanismo de Realocação de Energia aplicável às hidrelétricas para ampliar o chamado “efeito portfólio”.

*

RESPECTIVAMENTE, DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE) E ENGENHEIRO, CONSULTOR NA ÁREA DE ENERGIA E NEGÓCIOS

Etanol deve ficar cada vez mais caro – Renée Pereira – Estado de São Paulo – Economia – 19/10/2010

Os tempos do etanol barato devem ficar cada vez mais distantes do consumidor. Ao contrário dos últimos anos, em que o preço poderia variar até 100% entre a safra e a entressafra, a expectativa para os próximos 12 meses é de preços em níveis elevados, independentemente do período.

Só nas últimas quatro semanas, o preço médio do etanol subiu 10% no Estado de São Paulo e 6,1%, no País, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Até o fim do ano, o custo do combustível na bomba deve subir ainda mais e permanecer alto por todo o primeiro trimestre.

Com o início da safra, entre março ou abril, pode haver um pequeno arrefecimento, mas nada comparado às fortes quedas verificada sem períodos anteriores.

Em janeiro deste ano, o preço médio no Brasil era de R\$ 1,915 o litro. Em junho, estava em R\$ 1,537. “Não devemos ter variações desse tipo no ano que vem. A tendência é o preço fica mais linear”, afirmou o diretor técnico da União da Indústria da Cana de Açúcar (Unica), Antônio de Pádua Rodrigues.

Oferta.

A explicação para a tendência de alta dos preços está na oferta de cana em 2011. Na melhor das hipóteses, diz Pádua, a próxima safra será igual à deste ano. Depois da corrida verificada em meados da década, a crise iniciada em 2008 reduziu o apetite dos investidores. No ano passado, 19 usinas foram inauguradas. Neste ano, serão 10 e, em 2011, apenas 4.

Outro fator, é o envelhecimento dos canaviais, que reduz a produtividade do setor. Para recuperá-los, os agricultores terão de reduzir a área plantada no próximo ano para ter algum resultado em 2012, destaca o executivo. Além disso, com o clima mais úmido, pode haver uma proliferação da praga chamada Ferrugem Alaranjada.

Juntos, esses fatores serão responsáveis pela manutenção da safra nos níveis atuais. Enquanto isso, a frota de veículos flexíveis se a demanda externa por açúcar continuarão em alta. Segundo o presidente da Datagro Consultoria, Plínio Nastari, a expectativa é que a produção de etanol represente 56,9% do total e a de açúcar, 43,7%. Neste ano, 57,4% da cana moída foi destinada à fabricação do combustível.

Pádua garante que, apesar da oferta mais apertada, não haverá desabastecimento. Mais uma vez, diz o executivo, o consumidor terá nas mãos a

condição de regular o mercado. “Ele poderá escolher o produto com melhor custo para abastecer seu carro.” Hoje, excluindo os fatores ambientais, só é vantajoso usar o etanol até quando o preço representar 70% do da gasolina.

As previsões de abastecimento da Unica, porém, contam com a expectativa de que alguns Estados – onde a carga tributária é alta e a logística complicada – vão deixar de usar o etanol por causa do custo. Para Pádua, a expectativa é que o etanol continue vantajoso em São Paulo, Goiás, Minas e Mato Grosso.

Cana foi destaque em área plantada em 2009 – Sítio Eletrônico da CNA – 21/10/2010

A cana-de-açúcar foi o destaque da agricultura brasileira no ano passado, com aumento na área plantada, na colheita e no valor de produção. A Pesquisa Agrícola Municipal divulgada ontem pelo IBGE revela também que o milho foi o produto que mais sofreu com os problemas climáticos e a crise econômica. A produção de cana chegou ao recorde de 671,4 milhões de toneladas, com alta de 4% ante o ano anterior. O valor de produção dessa cultura aumentou 16% de um ano para o outro, enquanto para a agricultura brasileira, em geral, houve queda de 5,3%.

Petrobras no palanque – Adriano Pires – Folha de São Paulo – Mercado – 22/10/2010

É lamentável, mas o governo continua deixando a Petrobras no palanque e, com isso, transformando a empresa em instrumento para eleger sua candidata a presidente da República.

Tem sido assim desde o anúncio da descoberta do pré-sal, no final de 2007. Durante este ano de 2010, o uso da empresa como instrumento político acentuou-se com o processo de capitalização da estatal.

O resultado final da capitalização teve como grande vencedor o governo, que aumentou sua participação na empresa de 39,2% para 48,3%; se agregarmos as parcelas da Previ e da Petros, o número ultrapassa os 50%.

Para alcançar esse objetivo, o governo abusou da emissão de medidas provisórias, foram três - a 487, depois a 500 e, finalmente, a 505. Isso, para viabilizar que o BNDES e o Fundo Soberano comprassem ações da estatal, e essa operação ainda possibilitou o aumento do superavit primário do país.

De todo o patrimônio do Fundo Soberano Brasileiro (FSB) 80% estão em ações da Petrobras. Se contarmos a participação do FSB no Banco do Brasil, 90% da carteira de ações do FSB está em empresas estatais. Conclusão: o FSB virou Fundo de Reestatização.

Tudo isso prejudicou a Petrobras e os acionistas minoritários. A Petrobras com um processo de capitalização menos político poderia ter engordado o seu caixa com uma compra maior das ações por parte dos acionistas privados em dinheiro.

RISCO POLÍTICO

Os minoritários, percebendo o risco político, compareceram abaixo do esperado. O resultado final é que os bancos começam a se manifestar dando um "downgrading" para as ações da empresa, que depois da capitalização continuam tendo um comportamento muito ruim.

As declarações da candidata do governo à Presidência e do presidente da Petrobras deixam claro que a Petrobras no segundo turno vai ser utilizada à exaustão para ajudar a vencer a eleição.

As declarações da candidata e do presidente da Petrobras, de que o PSDB queria privatizar a empresa e agora quer privatizar o pré-sal, tentam mais uma vez assustar parte da população, que ainda acredita nesse discurso velho, muito utilizado pelos caudilhos na América Latina.

É incrível ver a candidata dizer que a recente capitalização da Petrobras serviu para devolver ao povo brasileiro parte das ações que foram negociadas no governo FHC. Dando continuidade à utilização da estatal como instrumento político, o presidente Lula inaugurou em 7 de outubro, em Angra dos Reis, a P-57, que estava prevista para daqui a dois meses.

Quando foi feita a abertura do setor de petróleo no Brasil, a Petrobras nem figurava entre as dez principais petroleiras. A abertura promoveu o crescimento da empresa e a venda de ações na Bolsa de Nova York mostrou a Petrobras ao mundo, inclusive blindando a estatal dos interesses políticos com p minúsculo, tão usuais atualmente.

ADRIANO PIRES é diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Etanol

Austrália impõe tarifa antidumping de biocombustíveis de 40% contra os EUA – Biodiesel Br – 19/10/2010

CANBERRA - A Austrália vai impor uma tarifa provisória de 40% sobre as importações de biodiesel dos Estados Unidos, depois que uma investigação concluiu que o parceiro comercial pratica dumping, ou seja, vende o combustível a preços abaixo do custo de produção. A determinação é do Departamento de Alfândega e Proteção de Fronteira.

O departamento disse que a importação de biodiesel norte-americano, cuja produção recebe subsídios em seu país de origem, está prejudicando a indústria australiana, que perdeu fatias do mercado interno por causa da queda nas vendas do produto.

De acordo com um comunicado do órgão, a alíquota da tarifa reflete o tamanho das margens de dumping e subsídios, o nível dos preços das importações, e o consequente impacto sobre a indústria australiana, incluindo a perda de volume de vendas e de fatia de mercado, redução de lucros e de rentabilidade. A investigação foi iniciada em 22 de junho, a pedido da Australia's Biodiesel Producers Ltd., que reúne os fabricantes do país.

O departamento deverá apresentar um relatório ao Ministério de Assuntos Internos até o dia 22 de dezembro, que determinará as medidas a serem adotadas. Dependendo dessa decisão, a tarifa antidumping poderá ser mantida ou revogada. A empresa Australian Renewable Fuels Ltd. disse em comunicado que o anúncio do Departamento de Alfândega destaca a necessidade de impedir a importação de biodiesel dos EUA a fim de evitar prejuízo para a indústria australiana.

Brasil busca apoio político financiando etanol na África – Claudia Antunes – Folha de São Paulo – Mundo – 07/10/2010

Diplomatas e técnicos brasileiros entregam hoje ao governo do Senegal sugestões de projetos de produção de biocombustíveis no país da costa ocidental africana. É o oitavo estudo do tipo produzido sob o memorando de cooperação no setor assinado entre Brasil e EUA em 2007. O primeiro para a África -os demais foram feitos para países da América Central e do Caribe. A iniciativa visa aumentar a penetração econômica e política do Brasil. O Itamaraty já formalizou interesse em assumir a direção-geral da FAO (órgão da

ONU para agricultura e alimentação), cargo que desde 1994 é ocupado pelo senegalês Jacques Diouf e que ficará vago no ano que vem. Ter boas relações com países africanos no setor agrícola ajudaria a angariar votos para esse projeto. Em longo prazo, argumentam os governos de Brasil e EUA, o programa contribuirá para tornar o álcool combustível uma commodity -um produto com normas internacionais homogêneas e consumidores e acesso a mercados assegurados. A produção de álcool pelos africanos teria garantia de acesso livre aos mercados norte-americano, brasileiro e europeu. "A gente acha que deve compartilhar essa tecnologia para impulsionar o desenvolvimento deles. É bondade? Mais ou menos, porque quanto mais produtor de etanol tiver, melhor", disse o embaixador André Amado, subsecretário-geral de Energia e Alta Tecnologia do Itamaraty. Amado embarcou para Dacar (capital do Senegal) de Washington, onde discutiu com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) o financiamento da segunda etapa do programa em El Salvador e na República Dominicana, na América Central. Brasil e EUA já investiram cerca de US\$ 5 milhões no programa. No caso do Senegal, o estudo de viabilidade foi pago integralmente pelo governo brasileiro -custou R\$ 700 mil.

BATEÇÃO DE PORTA

O documento sugere quatro projetos de biodiesel e um de álcool de cana. Foi feito, como os demais, pela FGV, com assessoria da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e do Pnuma (programa da ONU para o ambiente). O processo é demorado. Depois que o país anfitrião decide quais projetos levar adiante, é feito o estudo detalhado, a um custo médio de US\$ 2 milhões. Na fase de implementação, o Brasil acredita que estará bem colocado para competir pela exportação de equipamentos e serviços (a construção das usinas). "Começa então a bateção de porta. Os projetos têm que ser levados às agências de financiamento, incluindo o BNDES", disse Amado. O próximo estudo africano será na Guiné-Bissau. Em um programa separado, com a União Europeia, será analisada a possível produção de biocombustíveis em Moçambique. A Vale do Rio Doce, que atua na extração de carvão moçambicano, deve ser a financiadora. Á África é tida como nova fronteira econômica global, disputada por EUA, Europa, China e Índia. Tem sido prioridade do governo Lula, que abriu 13 novas embaixadas (há agora representações permanentes do país em 35 dos 53 países africanos). No jargão diplomático, o programa de biocombustíveis é parte da "cooperação econômica".

O Brasil já está presente em mais de 20 países africanos por meio da "cooperação técnica", que não envolve interesses econômicos diretos e consiste em assessoria e treinamento de pessoal local para projetos agrícolas, de saúde etc. A Embrapa, que atua nesses projetos com a ABC (Agência Brasileira de Cooperação), tem pessoal permanente em Gana, Moçambique, Senegal e Mali. Com a projeção do seu "poder brando", o Brasil espera obter apoio para as posições internacionais do país, incluindo numa eventual votação da ampliação do Conselho de Segurança da ONU.

Governo indiano estuda iniciar processo para desregular mercado de açúcar – Plinio Nastari – Folha de São Paulo – Mercado – 08/10/2010

No Brasil, a indústria do açúcar e do etanol foi fortemente regulada pelo Estado no período de 1931 a 1989. A desregulamentação foi implementada nos dez anos seguintes, terminando em 1999 com a liberação completa dos preços da cana e do etanol e a eliminação dos controles sobre a comercialização de etanol para uso como combustível. Menor intervenção e maior liberdade trouxeram segurança para investimentos, impulsionando a produção e o consumo de açúcar e de etanol nesta década. A reticente intervenção de governos em vários países produtores e consumidores importantes é considerada uma das principais causas da alta volatilidade do preço mundial.

Nesse aspecto, nenhum país causa mais impacto do que a Índia -maior consumidor e segundo maior produtor mundial. Apesar da regulação ainda ser intensa, há sinais de que o governo indiano estaria interessado em reduzi-la. Declarações recentes do ministro Sharad Pawar -responsável pela pasta da Agricultura e da Segurança Alimentar de 1,2 bilhão de pessoas, político experiente da Província de Maharashtra- indicam que o governo central estaria disposto a iniciar um muito esperado processo de desregulamentação. O primeiro passo nessa direção foi a decisão, tomada na semana passada, de reduzir de 20% para 10% a parcela da produção que as usinas são obrigadas a vender ao governo por um preço abaixo do de mercado, para ser distribuído a preços subsidiados para a população abaixo da linha de pobreza. Na safra 2009/10, o volume direcionado para esse fim foi de 3,76 milhões de toneladas. Para 2010/11, tendo em vista a expectativa de produção de 25,5 milhões de toneladas, essa cota compulsória cairia para 2,55 milhões de toneladas.

ATUAÇÃO DO GOVERNO

Na Índia, o governo determina os volumes mensais que as usinas podem colocar no mercado livre, e o preço da cana-de-açúcar a ser pago aos agricultores. Define também os volumes autorizados de importação e exportação, tornando o regime indiano muito parecido com o que o Brasil fazia até 1989. Sinal adicional de que o processo de desregulamentação pode realmente ter começado foi a divulgação da intenção do governo de considerar a suspensão da proibição de negociação de contratos futuros de açúcar a partir de novembro ou dezembro próximos.

O embargo foi imposto em maio de 2009, quando políticos de esquerda alegaram que a especulação do mercado de futuros teria influenciado a disparada de preços no mercado interno.

A medida seria tomada no momento em que os preços voltam a subir no mercado mundial.

A perspectiva de produção acima do consumo, pelo menos nos próximos dois anos, deve dar novo impulso às negociações entre o governo e a indústria local, objetivando a desregulamentação.

Para o mercado mundial, ela seria bem-vinda, pois diminuiriam os episódios e o possível impacto da interferência errática do Estado nesse mercado.

PLINIO NASTARI é presidente da Datagro Consultoria.

Consolidado no país, etanol brasileiro avança rumo à internacionalização - JOSÉ CARLOS GRUBISICH – Folha de São Paulo – Ciência – 13/10/2010

O setor de bioenergia no Brasil já consolidou uma história de sucesso e criou as competências necessárias, tangíveis e intangíveis, para atender em sua plenitude o crescimento da demanda nacional, que dobrou nos últimos quatro anos e deve superar 50 bilhões de litros por ano até 2015. Esse crescimento, resultado do lançamento do carro flex e as recentes aplicações do etanol em novas tecnologias desenvolvidas no Brasil, como a do primeiro plástico verde renovável do mundo, elevou os investimentos e reforçou a importância do setor de bioenergia na economia nacional, criando um panorama novo e promissor. Adicionalmente, os principais países refletem sobre a definição de uma nova matriz energética que garanta maior segurança de abastecimento e contribua para a redução da emissão de CO₂ no planeta. O mundo está convencido da necessidade imediata de se criar uma economia de baixo carbono e menos dependente de combustíveis fósseis. Nesse cenário, o etanol da cana destaca-se como uma das melhores alternativas de energia limpa, renovável e competitiva. Existe hoje um debate sobre a verdadeira condição do Brasil para atender às demandas nacionais e internacionais no médio e longo prazos. Esse é, entretanto, um falso dilema, pois o setor de bioenergia nacional tem, sim, condições de liderar esse processo. A experiência adquirida na produção de etanol no país é sucesso tecnológico, e os produtores estão preparados para assumir desafios de crescimento da demanda internacional. Essa "preparação" se dá tanto por meio do aumento da capacidade das unidades agroindustriais existentes como por meio da construção de novas plataformas em outras geografias, como América Latina e África. Isso garantirá a segurança da oferta de etanol no médio e longo prazos. A indústria de bioenergia está engajada na consolidação do etanol como fonte de energia limpa e competitiva, e essa conquista traz, além de novos investimentos, desenvolvimento econômico, maior geração de empregos e inúmeros ganhos ao planeta na questão climática. É necessário, entretanto, que líderes dos principais mercados potenciais como Estados Unidos, Japão e União Europeia definam, de forma clara e objetiva, políticas e regras que sinalizem compromissos formais de inclusão do etanol brasileiro como fonte alternativa viável às demandas crescentes para os próximos 10 a 20 anos, deixando evidente o papel e a isonomia da nossa bioenergia na matriz energética internacional. A partir dessa transformação, as empresas brasileiras terão condições de tomar as decisões necessárias para superar as expectativas do mercado nacional e internacional, e o Brasil poderá protagonizar a produção mundial de energia limpa, competitiva e renovável.

JOSÉ CARLOS GRUBISICH é presidente da ETH Bioenergia.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

